



# Anais da Assembléia

Nº 73

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 22 DE JUNHO DE 1979

ANO V

**1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 69.ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 22 DE JUNHO DE 1979**  
**SEXTA-FEIRA**

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Augusto Carneiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**OFÍCIOS:**

Sob os n.º 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147 e 149/79, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **SANCIONADO** os Projetos de Lei números:

**51/79:** Do Senhor Deputado João Elísio Ferraz de Campos, que da nova redação ao artigo 1.º, da Lei n.º 6.628, de 17.10.74, o qual convertido em Lei tomou o número 7.144.— **Agradeça-se.**

**159/78:** Do Senhor ex-Deputado Luiz Roberto Soares, que declara de utilidade pública a Sociedade São José de Rio Verde Acima, com sede na Cidade de Araucária, o qual convertido em Lei tomou o número 7.145.— **Agradeça-se.**

**179/78:** Do Senhor ex-Deputado Maurício Fruet, que declara de utilidade pública a Sociedade Espírita Ir. Clóvis Junqueira, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7.146.— **Agradeça-se.**

**01/79:** Do Senhor Deputado Erondy Silvério, que declara de utilidade pública a Fundação Alberto e Regima Dietrich, com sede e foro na Cidade de Imbituva, o qual convertido em Lei tomou o número 7.147.— **Agradeça-se.**

**10/79:** Do Senhor Deputado Dácio Leonel de Quadros, que declara de utilidade pública a Legião Mirim de Rolândia, com sede e foro na Cidade de Rolândia, o qual convertido em Lei tomou o número 7.148.— **Agradeça-se.**

**18/79:** Do Senhor Deputado Dácio Leonel de Quadros, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Castro, com sede e foro na Cidade de Castro, o qual convertido em Lei tomou o número 7.149.— **Agradeça-se.**

**167/78:** Do Senhor Deputado Werner Wanderer, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Palotina — APMI —, o qual convertido em Lei tomou o número 7.150.— **Agradeça-se.**

**169/78:** Do Senhor ex-Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a Guarda Mirim de Foz do Iguaçu, o qual convertido em Lei tomou o número 7.151.— **Agradeça-se.**

**194/78:** Do Senhor Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a Associação Presbiteriana Beneficente de Guarapuava, com sede e foro na Cidade de Guarapuava, o qual convertido em Lei tomou o número 7.152.— **Agradeça-se.**

**07/79:** Do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — APMI —, da Cidade de Coronel Vivida, o qual convertido em Lei tomou o número 7.153.— **Agradeça-se.**

**19/79:** Do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, que declara de utilidade pública a Escola de Pais do Brasil, Seção de Curitiba, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o número 7.154.— **Agradeça-se.**

**136/78:** Do Senhor ex-Deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública o Recanto do Menor - CEMIC, com sede na Cidade de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o número 7.155.— **Agradeça-se.**

**13/79:** Do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a permuta de Lotes n.º 6, da quadra n.º 8, do Perímetro Urbano da Cidade de Guaraniaçu, pelo lote n.º 5, da mesma quadra, sendo o primeiro de propriedade do Estado e o segundo de propriedade do Município de Guaraniaçu, o qual convertido em Lei tomou o número 7.156.— **Agradeça-se.**

**45/79:** Do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto de lei que estabelece limites autorizativos para contratação de empréstimos, obtenção de financiamentos internos e externos pelo Tesouro Estadual, bem como concessão de garantias, fiança ou aval e dá outras providências, o qual convertido em Lei tomou o número 7.157.— **Agradeça-se.**

**165/78:** Do Senhor Deputado Ezequias Losso, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Líbero Massari, o qual convertido em Lei tomou o número 7.158.— **Agradeça-se.**

Do Senhor Dr. José Vicente Elias-Prefeito Municipal de Paranaguá, no qual o Governador do Estado, solicitando a apreciação desta Casa, com referência ao continuado desmate e extração

que persistem na Serra da Prata e agora, ocorrendo também, no outro lado da baía, no local denominado Eufrasiana-Rio Iguaçu, com desembocadura pela ilha Guara-Grande.—  
**Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 917/79, do Senhor Carlos Alberto de Paula, 1.º Secretário da Câmara Municipal de Maringá, encaminhando cópia de requerimento apresentado pelo Vereador Noboru Yamamoto, Presidente daquela Câmara, para encarecer junto a este Poder sejam movidas gestões de apoio à reivindicação formulada pelos Professores Suplementaristas, que é a concessão, por parte do Governo do Estado, da estabilidade àqueles que estão no magistério e contam atualmente com mais de cinco (05) anos de efetivo exercício no Quadro de Professores Suplementaristas da Rede Estadual de Ensino de 1.º a 2.º graus.—  
**Ao conhecimento da Casa.**

#### TELEGRAMAS:

Nos seguintes termos: RESPEITOSAMENTE SOLICITAMOS ESTABILIDADE ESTATUTÁRIA IMEDIATA PROFESSORES SUPLEMENTARISTAS COM CINCO ANOS EXERCÍCIO VG CONSEQUENTEMENTE ADIAMENTO CONCURSO PT SAUDAÇÕES — JAMIL ABDANUR VG REPRESENTANTE PROFESSORES SUPLEMENTARISTAS GUARAPUAVANOS. — **Ao conhecimento da Casa.**

Nos seguintes termos: COMUNICAMOS VOSSA EXCELENCIA PROFESSORES SUPLEMENTARISTAS COMO ASSINA PADRÃO TOMAZINA PR ENVIARAM REQUERIMENTOS GOVERNADOR SECRETARIOS DEPUTADOS ASSUNTO ESTABILIDADE (CINCO) ANOS SOLICITAMOS APOIO VOSSA EXCELENCIA — WILSON DE ANDRADE CORTIN EM NOME PROFESSORES.— **Ao conhecimento da Casa.**

Nos seguintes termos: SOLICITEI AO DEPUTADO EUCLIDES SCALCO PRESIDENTE DO DIRETÓRIO MDB DO PARANÁ QUE DECIDA SOBRE O IMPORTANTE ASSUNTO PT ATENCIOSAMENTE DEPUTADO ULYSSES GUIMARÃES.— **Ao conhecimento da Casa.**

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ROLF FARIA GUGISCH, ocorrido em data de ontem, em nossa Capital.

Requer, outrossim, após aprovação do Plenário, dê-se ciência à família enlutada a Rua Amapá, 116.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora MARIA CÂNDIDA COLITA, ocorrido em União da Vitória.

A extinta era pessoa de família tradicional de União da Vitória e após uma longa existência sempre dedicada aos familiares e à comunidade, deixa nove filhos, quatorze netos e cinco bisnetos.

Outrossim, requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, à Rua Presidente Carlos Cavalcanti, 544 - União da Vitória.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1979

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO STUCK, ocorrido no último dia 21, na Cidade de Campo Largo.

Outrossim, solicita, aprovado o presente, seja dada ciência da decisão da Casa à família enlutada, à Rua Osvaldo Cruz S/N - Campo Largo.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1979.

(a) CARLOS ZANLORENZI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de aplausos, ao Jornalista DINO ALMEIDA, pelo transcurso do seu 15.º aniversário de jornalismo social no jornal "Gazeta do Povo".

Através de sua capacidade profissional, DINO ALMEIDA conseguiu nesse espaço de tempo, marcar seu nome na imprensa do Paraná, e, principalmente no jornal "Gazeta do Povo", por meio de um noticiário sempre bem informado, e honesto, relatando a vida da sociedade paranaense nesses últimos três lustros.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1979.

(a) JOÃO MANSUR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, sejam inseridos na ata dos trabalhos desta Casa, votos de congratulações ao DIRETÓRIO ACADÊMICO CLOTÁRIO PORTUGAL, da Faculdade de Direito Curitiba, pela realização do 1.º Concurso Estadual de Oratória.

Requer, outrossim, que do presente dê-se ciência aos responsáveis por este Diretório.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1979

(a) WERNER WANDERER.

#### JUSTIFICATIVA:

No estágio atual do pensamento humano, a justiça e o poder judiciário são de fundamental importância.

Os estudantes de Direito de hoje, que serão os futuros advogados de amanhã, representam um papel de vital importância pelos seus novos conhecimentos.

Por estes motivos, requeiro estes votos de congratulações ao "Diretório Acadêmico Clotário Portugal" pela realização deste concurso que uniu cinco Faculdades de Direito do nosso Estado, onde os temas abordados foram apresentados de uma maneira séria, como a demonstrar que o Brasil estará muito bem servido futuramente, por estes jovens estudantes de hoje.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão em curso, um voto de aplausos ao Diretório Acadêmico "Clotário Portugal", órgão representativo do Corpo Discente da Faculdade de Direito de Curitiba, pela realização do I Concurso Estadual de Oratória.

Requer, outrossim, aprovada esta proposição, sejam cientificados da decisão da Casa, o Coordenador do Concurso, José Maurício Pinto de Almeida e o Presidente do DACP,

Jorge Luiz Ieski Passos.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1979

JUSTIFICATIVA: (a) EZEQUIAS LOSSO.

"Fundamentado na notória necessidade de aprimoramento no que tange ao bom uso da palavra em público, prática importantíssima ao desempenho de todas as profissões liberais, na defesa de teses, proferição de aulas, palestras e conferências, o Diretório Acadêmico "Clotário Portugal" lançou, na data em que eram comemorados os 27 anos desta entidade de representação estudantil, o I CONCURSO ESTADUAL DE ORATÓRIA, tendo por principal escopo o estímulo pela arte de falar em público, objetivo este alcançado em virtude dos diversos concursos internos de oratória levados a efeito nas Faculdades paranaenses."

Com esta linha de pensamento, expressada pelo Coordenador José Maurício Pinto de Almeida, o tradicional Diretório Acadêmico Clotário Portugal promoveu o significativo certame que reuniu, nos dias 12 e 13 transatos, dezenove motivados participantes de diversas Faculdades paranaenses. Foram eles: Carlos Airton Almeida Costa, Curso de Ciências Jurídicas, Diretório Central dos Estudantes, Universidade Estadual de Ponta Grossa; Eduardo Herbert Lagos Bona, Faculdade Estadual de Direito do "Norte Pioneiro", de Jacarezinho; Edson Foxina, Diretório Acad. do Centro de Ciências Sociais e Jurídicas, Universidade Católica do Paraná; Eros Gutierrez, Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá; Flávio Fanuchi, Diretório Central de Estudantes (Curso de Serviço Social), Universidade Estadual de Ponta Grossa; Hilário José Zotti, Diretório Acadêmico do Centro de Teologia e Ciências Humanas, Universidade Católica do Paraná (Faculdade de Filosofia); José Cândido Miller Júnior -DACCJS, Universidade Católica do Paraná; José Tangleica, Diretório Acadêmico "Arnaldo Carnasciali", Faculdade de Ciências Econômicas Contabilidade e Administração "De Plácido e Silva"; José Carlos Pereira, DACIESA, Universidade Federal do Paraná; Loreno Luiz Zatelli Hagedorn, Diretório Acadêmico "Rocha Pombo do Paraná", Universidade Federal do Paraná; Luiz Carlos Boavista do Rego Monteiro, Diretório Acadêmico Clotário Portugal, Faculdade de Direito de Curitiba; Manoel Caetano Ferreira Filho, Centro Acadêmico "Hugo Simas", Faculdade de Direito da UFP; Maria do Rocio Moraes, DA de Ciências Econômicas do Paraná; Nélcio de Oliveira, Fundação Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá; Osvaldo Ferreira Motta, Faculdade de Direito da Fundação Universidade Estadual de Londrina; Paulo Rodrigues Vieira, Universidade Estadual de Maringá; Vilson Bertelli, DA do Setor de Ciências Agrárias, Faculdade de Engenharia Florestal da UFP; Waldir Rocha D'Angelis-DACCJS, Universidade Católica do Paraná e Wilian Andrew Presada, Diretório Central dos Estudantes, Faculdade de Administração de Empresas Rurais da Universidade Estadual de Ponta Grossa (DCE).

A Comissão Julgadora foi composta pelo Professor Dr. Mansur Teófilo Mansur, Presidente, Advogado, Conselheiro da Seccional do Paraná da OAB, Chefe do Departamento de Ciências das Finanças e membro do Conselho Departamental, representante da Diretoria da Faculdade de Direito de Curitiba; Adelino Marcon, Advogado, vencedor do Concurso nacional de Oratória de 1978, em Belo Horizonte-MG; Antônio Facci, Deputado Estadual e representante da Câmara Municipal de Maringá; Aluísio B. Carlos Magno, Diretor Geral da Câmara Municipal de Jacarezinho; Caios Eguiberto Portes Tramujas, Advogado e Vereador representante da Câmara Municipal de Paranaguá; Dilmar Archegas, Jornalista e representante do jornal "Gazeta do Povo"; Enéas Eugênio Faria, Advogado, Diretor do jornal "Shopping News"; Hamilton Martins Danguy, Vereador representante da Câmara Municipal de Guarapuava; Jacob Holzmann Netto, Advogado, representante do Tribunal

de Justiça do Estado; Antônio Cunha Gebran, Advogado, Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado e o Pe. Marcelo Motta Carneiro, Teólogo, Filósofo e Professor Universitário, representante do Governo do Estado.

Conhecidos os resultados, que apontaram Paulo Rodrigues Vieira, em 1.º lugar; Carlos Airton Almeida Costa, em 2.º lugar; Waldir Rocha D'Angelis, em 3.º lugar e Vilson Bertelli, em 4.º lugar, foram entregues os prêmios respectivos: Governo do Estado, Assembléia Legislativa do Estado, Tribunal de Justiça do Estado e Gazeta do Povo.

Diante do retumbante êxito alcançado pelo elogiável acontecimento cultural, os dirigentes da operosa entidade estudantil enfocada, já manifestaram o propósito de promover o II Concurso Estadual de Oratória, no próximo ano.

Por estas razões, formulamos o requerimento em tela, na certeza do apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Jurcundino Furtado, Digno Diretor Superintendente do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido da aceleração da instalação de agência na Cidade de Palmeira, tendo em vista o extraordinário crescimento do município, e que por essa razão se ressente de mais estabelecimentos de crédito oficial, capaz de dar suporte ao crédito, especialmente do setor agrícola.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1979

(a) LINEU TURRA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de "monocanal telefônico" nas localidades do Distrito de Arapuan e Bredópolis, Município de Janiópolis.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1979

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Arapuan possui atualmente uma população de aproximadamente 20.000 habitantes, ficando distante de sua sede, que é Janiópolis, aproximadamente 17 km, os quais não são pavimentados o que dificulta sobremaneira o deslocamento da sua população até a sede, quando da necessidade da comunicação com outras regiões de nosso Estado, o mesmo acontece com a localidade de Bredópolis, que possui hoje mais de 25.000 habitantes e que fica distante da sede a mais de 18 km.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação, na localidade de PALMITAL, Município de Boa Esperança, de um monocanal telefônico.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1979

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

Palmital é um povoado em franco desenvolvimento, distante da sede do Município Boa Esperança, aproximadamente 11 km e possuindo atualmente 5.000 habitantes.

A ligação entre a sede do município não é por via pavimentada o que acarreta à população imensas dificuldades

quando necessitam de comunicação para outras localidades.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Sr. Superintendente da Fundação Educacional do Paraná (FUNDEPAR), solicitando urgentes providências no sentido de que sejam procedidas obras de reparos no prédio da Escola "Rui Barbosa", situada na Vila Nova, em Londrina.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1979

(a) Fiori Luiz.

## JUSTIFICATIVA:

O prédio onde se localiza a Escola "Rui Barbosa", ensino regular e supletivo de 1.º grau, localizado no Vila Nova na Cidade de Londrina, necessita urgentemente de reformas, principalmente a ala antiga, construída há onze anos e até hoje sem manutenção.

Além da pintura, e de problemas no forro, instalação elétrica, telhado, torna-se premente a construção de uma quadra para a prática de esportes e Educação Física (atualmente as crianças realizam os exercícios na rua).

A Escola "Rui Barbosa" conta com aproximadamente mil alunos, de 1.º a 8.º grau, diurno e noturno.

# REQUERIMETNO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Aeronáutica, pedindo especial atenção, no sentido de que seja restabelecido o vôo matinal da TRANSBRASIL, empresa que opera os "jatos" na Cidade de Londrina.

A suspensão criou uma série de problemas para a população londrinense e de toda a região norte do Paraná.

Apesar das promessas, a situação ainda não foi normalizada, daí o apelo ao Senhor Ministro da Aeronáutica.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1979

(a) FIORI LUIZ.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios ao CONSELHO INTERMINISTERIAL DE PREÇOS e à SUNAB, protestando-se contra uma possível permissão para a liberação do preço do pão popular de 50 gramas que se fabrica em nosso Estado, conhecido como "pão d'água", tendo em vista que praticamente inexiste no mercado o "pão francês" e nunca foi mantido o acordo de cavalheiros firmado entre a Delegacia local da SUNAB e os panificadores, quando estes últimos se comprometeram a vender o pão d'água pelo preço do pão francês, se houvesse falta do mesmo para entrega aos consumidores, nem foi possível constatar-se a veracidade de que o pão d'água estivesse sendo produzido com aplicação de fórmula especial.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1979

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

## JUSTIFICATIVA:

Já estão se tornando monótonas as seguidas tentativas de alguns panificadores de nosso Estado visando a liberação do preço do chamado "pão d'água", sob alegação de que se trata de produto fabricado mediante fórmula especial (?), quando, a realidade ele se constitui no alimento popular básico dos paranaenses.

Aqui também são fabricados na categoria de especial, os pães tipo sanduíche e hambúrguer, cujos preços são mais

elevados do que os pães d'água e francês.

A título de curiosidade, informamos que o pão sanduíche ou de "leite" nada mais é do que o pão que os cariocas apelidaram de "carequinha".

A alegação de que o pão d'água é fabricado com massa especial e que sua venda resulta em prejuízo não é procedente, pois, na maioria dos Supermercados desta capital sempre foi vendido até mesmo abaixo do preço tabelado para o pão comum de 50 gramas.

Por outro lado, no Estado de Santa Catarina o tabelamento é rigorosamente obedecido, inclusive nos balneários, inclusive nos períodos de temporadas.

Em nosso Estado, a quase total liberação de preços do pão pode ser facilmente comprovada pelo fato de cada panificadora cobrar valores diferentes para diversos tipo do produto, tais como hambúrguer, sanduíche, broas de centeio, pão de forma e outras variações.

Compreendemos perfeitamente que não se pode exigir o sacrifício total do comerciante, mas, o fabrico de um pão popular é necessário para todas as mesas das famílias mais carentes.

A solução para o problema, voltamos a afirmar, parece-nos ser a autorização para que se fabrique o pão d'água especial de 100 gramas, cujo preço, dado os componentes adicionados à massa comum, poderá até mesmo atingir as pretensões dos panificadores que reivindicam a majoração em tela.

Se realmente houver prejuízo, esse fenômeno deverá ser constatado em todo o território nacional e a solução para o problema terá que ser outra diversa da excessiva elevação do preço.

Para finalizar, reiteramos nosso apelo para que seja mantido no tabelamento do pão comum de 50 gramas o chamado "pão d'água", alimento básico de todos os paranaenses.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie ofício ao Excelentíssimo Senhor Delfin Neto, Ministro da Agricultura, ao Excelentíssimo Senhor Reinold Stephanes, Secretário da Agricultura e ao Presidente da COBAL, solicitando a instalação em Campo Mourão, de um centro de abastecimento "CEASA", e requer ainda, que deste dê-se ciência à Câmara Municipal de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1979

(a) DARCY DEITOS.

## JUSTIFICATIVA:

Campo Mourão é hoje considerada cidade pólo, pois a mesma congrega, em torno de si 19 municípios, a maioria com ligação asfáltica, é por esta razão um dos maiores entroncamentos rodoviários do Estado do Paraná.

Conta atualmente com uma população de mais de 60.000 habitantes na sua área urbana, e mais de 65.000 na área rural, os quais se abastecem na sede do município.

O seu comércio, ainda atende praticamente toda a região.

Essa nossa solicitação vem reforçar inúmeros pedidos das lideranças locais, que como nós, aguardam uma solução com a devida urgência, para essa reivindicação de uma comunidade progressista de nosso Estado.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, usando de suas atribuições regimentais, atendidas as formalidades legais, REQUER o envio de expediente à Federação da Agricultura do Estado do Paraná, à Secretaria da Agricultura, ao Banco do Brasil S/A.,

e ao Ministro da Agricultura, solicitando URGENTES MEDIDAS que visem liberação de verbas para financiamento de milho à suinocultura do Oeste do Estado.

Requer, outrossim, o envio de correspondência, comunicando o teor do presente, à Associação dos Suinocultores do Paraná - Núcleo Oeste.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1979

(a) NELTON FRIEDRICH.

#### JUSTIFICATIVA:

- a) Momento grave vive a suinocultura do Oeste, especialmente a denunciada pelos suinícolas de Toledo, pois tanto o Banco do Brasil S/A., como os bancos particulares, NÃO TÊM VERBAS PARA FINANCIAMENTO DE MILHO, produto indispensável na ração alimentar diária dos suínos;
- b) Mesmo propostas já aprovadas de financiamento, acabam não obtendo a liberação do dinheiro, sob a alegação de que não existe numerário disponível;
- c) Até poucas semanas atrás, os suinocultores conseguiam enfrentar o problema de aquisição de milho utilizando-se da linha de crédito dos chamados "papagaios", com seus inconvenientes de juros elevados, prazo exíguo de pagamento e limitação do "quantum" pretendido. Todavia, os bancos acabaram tendo esgotada tal faixa creditícia, aguçando a crise no setor;
- d) O angustiante problema está atingindo as fronteiras do absurdo, pois os produtores de suínos, ante a inexistência de verbas, estão VENDENDO MATRIZES, com sérios riscos para o futuro de reprodutores, como também de matéria-prima;
- e) Assim sendo, urge medida imediata e solucionadora do caso, com liberação creditícia em faixa compatível com o setor, bem como para que possam, os suinocultores do Oeste, alcançar a tranquilidade necessária ao seu trabalho;
- f) Não é possível, que quando tanto se fala em prioridade à agropecuária, quando se estampam manchetes a todo instante de benefícios ao produtor rural, os suinocultores acabem numa situação como a presente, de gravíssimas conseqüências econômicas e sociais à região e ao Estado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário desta Casa, sejam encaminhados ofícios às autoridades abaixo mencionadas:

- Excelentíssimo Senhor Brigadeiro Délio Jardim de Mattos, digníssimo Minsitro da Aeronáutica;
  - Excelentíssimo Senhor Tenente Brigadeiro Sylvio Gomes Pires, Diretor Geral do Departamento de Aviação Civil (DAC), Aeroporto Santos Dumont, Rio de Janeiro;
  - Excelentíssimo Senhor Engenheiro Aeronáutico Mário Correia, Diretor Técnico da Varig - Rio Sul, Escritórios Administrativos da Varig - Porto Alegre;
- reivindicando a instalação de uma linha aérea ligando Ponta Grossa com a Capital de São Paulo, como solução ideal para atender as atividades maiores dos representantes das classes produtoras da região dos Campos Gerais, bem como a todos os que têm necessidade de viajar à Capital paulista.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1979

(a) CYRO MARTINS.

#### JUSTIFICATIVA:

Distante 120 km de Curitiba, com situação privilegiada às margens do principal corredor de exportação do Paraná, como um dos maiores entroncamentos rodo-ferroviários do

País aliado ao crescente desenvolvimento industrial e agropecuário, fizeram com que Ponta Grossa experimentasse, nestes últimos anos, um progresso dos mais acentuados.

É evidente que essas condições de crescimento também foram sentidas, com profundos reflexos nos meios de comunicação, que exigem maior eficiência e rapidez.

As estradas que demandam à cidade recebem diariamente um elevado tráfego na circulação da economia e na movimentação humana pelas condições operativas que oferece, obrigando as autoridades estaduais a pensarem com seriedade sobre as ligações da cidade com outras capitais.

Assim como complemento e facilidade dos meios de comunicação, atendendo e beneficiando o comércio, a indústria, a agricultura e o próprio Turismo, como imperiosa necessidade está a instalação de uma linha aérea entre Ponta Grossa e São Paulo, como solução ideal para atender as atividades maiores dos representantes das classes produtoras da região dos Campos Gerais.

Convém destacar também, a situação geográfica de Ponta Grossa como polo convergente de uma vasta e riquíssima região - a Região dos Campos Gerais - que se beneficiará do Transporte Aéreo que aqui se instalar, evitando as perigosas e incômodas viagens a Curitiba para tomar o avião com destino a São Paulo, ou na alternativa, realizar a viagem à capital paulista por via rodoviária, através de Itararé.

Temos o conhecimento da existência de estudos de viabilidade econômica feito pela Rio-Sul - Serviços Aéreos Regionais S/A., demonstrando a possibilidade do estabelecimento de linha regular com dois vôos diários entre Ponta Grossa e São Paulo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado telex ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Relações Exteriores, solicitando que nosso País rompa relações diplomáticas com o regime do ditador Somoza; que reconheça o "Estado de Beligerância" na Nicaragua e garanta a vida dos jornalistas brasileiros que cobrem a luta do povo nicaraguense pela sua libertação.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1979

(a) WALDYR PUGLIESI.

#### JUSTIFICATIVA:

A ditadura de Anastácio Somoza ontem ficou desnudada perante todo o mundo.

As denúncias dos democratas ficaram comprovadas aos olhos de todos. William Stewart, jornalista americano foi assassinado pelos esbirros de uma das mais sangrentas ditaduras que já existiram na América Latina.

Esse crime foi presenciado por milhões, daí o impacto causado na opinião pública mundial. E os outros não menos hediondos praticados longe das vistas de todos nós?

A luta dos guerrilheiros sandinistas não interessa apenas ao povo nicaraguense, que procura alcançar sua libertação social, política e econômica, mas sim à toda humanidade, que, principalmente agora tem que mostrar sua solidariedade ao sofrido povo centro-americano.

Cabe ao governo brasileiro interpretar os sentimentos de revolta de nosso povo em relação a sangrenta ditadura que esmaga aquele povo tomando as medidas que estão sendo propostas através deste requerimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja trans-

nos Anais desta Casa, o editorial publicado pela Gazeta do Povo, do dia 17 do corrente, intitulado "Os Saltos do Banco do Estado".

**JUSTIFICATIVA:**

Tal matéria opinativa faz uma análise séria e descomprometida da economia paranaense, que ingressa numa fase de dinamismo e afirmação.

Da decisão do Plenário, solicito seja dado ciência à direção do Jornal "Gazeta do Povo".

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1979.

(a) RENATO BUENO

**Projetos de Lei:**

**PROJETO DE LEI Nº 89/89**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º -- Fica declarada de utilidade pública a "CASA DE RECUPERAÇÃO NOVA VIDA - CRENVI", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º -- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1979.

(a) EZEQUIAS LOSSO

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública por resultado do presente plano de lei, desenvolve importantíssimo trabalho em prol da recuperação de pessoas envolvidas pelas malhas da toxicomania.

A bem definir os propósitos e estrutura da organização, encontram-se em anexo diversos documentos que, analisados pelos nobres Pares, creio, motivarão ao imprescindível apoio.

**PROJETO DE LEI Nº 90/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º -- Fica declarada de utilidade pública a "CRECHE ANJO DA GUARDA", com sede e foro na cidade de Campo Largo.

Art. 2.º -- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 1979.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos exigidos pela legislação estadual, federal e pertinente à matéria, e tem por objetivo dar atendimento e amparo a menores necessitados, assistência educacional, alimentar e de saúde, sem qualquer discriminação de credo religioso ou político, de raça ou nacionalidade e a colaboração com entidades públicas e privadas, voltada especialmente para a solução dos problemas da comunidade.

Por esta razão, submetemos o presente plano de lei à consideração dos nobres Pares, esperando para o mesmo, seu apoio e aprovação.

O SR. PRESIDENTE -- (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Renato Bueno.

O SR. RENATO BUENO -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Com três meses de instalação, o novo Governo do Paraná vai começando a apresentar os frutos do seu trabalho. Um dos setores que mais rapidamente deslanchou, na constelação de órgãos públicos, foi o BANESTADO -- Banco do Estado do Paraná. Talvez por ter à sua frente um dirigente experientado, o professor Jucundino Furtado.

Ainda agora o Presidente do BANESTADO acaba de tomar duas iniciativas de singular importância à economia

paranaense.

A primeira, diz de perto aos meus companheiros do Oeste do Paraná, que lavram a terra. Faço da suspensão da cobrança das NPRs - Notas Promissórias Ruais. Jucundino Furtado antes mesmo de ser proposta em plano federal a extinção das NPRs, cuitou de proteger o agricultor, determinando que o Banestado, em hipótese alguma, executaria os lavradores responsáveis pelo pagamento de obrigações derivadas desses títulos.

A segunda medida da nova administração do BANESTADO, é o início de estudos para a abertura de representações no exterior, inicialmente em Chicago e Nova York, nos Estados Unidos. Ao fazer a comunicação ao Governador Ney Braga, o Professor Jucundino Furtado explicou que essas praças detêm uma relação estreita com a economia do Paraná, por sediar a primeira, a famosa Bolsa de Cereais e a segunda, por ser o centro financeiro mundial por excelência.

A propósito dessa medida do BANESTADO desejo citar trecho do editorial de 17 último, do matutino "Gazeta do Povo", "Os Planos de expansão do BANESTADO vão além dos naturais e normais esquemas de crescimento de uma estrutura bancária, para ir ao encontro de um sentido da nova mentalidade que preside a movimentação econômico-financeira do Paraná e de sua gente".

Outro trecho do Editorial: "Este aspecto já configura um novo sentido de ver, por cima da timidez, o quadro das perspectivas que temos diante de nós e que precisamos compreender, dentro dos objetivos de um desenvolvimento que é inevitável. Pensando em termos largos, grandes e com os limites do horizonte, o Paraná vai caminhando com outros passos que não são mais tímidos, nem em compasso de espera, mas se agigantam na consciência das perspectivas que estão diante de nós".

Ao finalizar, peço a transcrição em ata desse editorial, conforme meu requerimento de ontem, lido no expediente de hoje, para marcar, como disse, o grande jornal paranaense, as novas fronteiras da economia do Paraná, "se tivermos ousadia de olhar o eminente amanhã".

O SR. PRESIDENTE -- (Fabiano Braga Côrtes) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Waldyr Pugliesi, segundo orador inscrito.

O SR. WALDYR PUGLIESI -- Sr. Presidente.

Venho à tribuna para dizer que estamos, na data de hoje, apresentando um projeto de lei que extingue a Delegacia de Ordem Política, da Secretaria da Segurança Pública.

O projeto está redigido da seguinte maneira. (Lê):

**"PROJETO DE LEI Nº 91/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º -- Fica extinta a Delegacia de Ordem Política da Secretaria da Segurança Pública.

Art. 2.º -- É vedada a criação de qualquer órgão policial que tenha como função a busca, coleta e processamento de informações sobre atividades de caráter político, bem como de repressão a estas atividades.

Art. 3.º -- O Governador do Estado, dentro de 30 (trinta) dias, a partir da vigência da presente lei, determinará as providências necessárias à incineração dos documentos, papéis ou similares a informações sobre atividades políticas.

Art. 4.º -- Os policiais e funcionários que pertencem ao quadro efetivo da Secretaria da Segurança Pública, atualmente exercendo atividades na Delegacia de Ordem Política, deverão ser aproveitados em outros órgãos da mesma Secretaria.

Art. 5.º -- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1979.

(a) WALDYR PUGLIESI



## JUSTIFICATIVA:

A conjuntura política presente é marcada pelo clamor nacional do conjunto da sociedade brasileira, pela redemocratização do País e pelo fim do estado autoritário vigente desde 1964.

As recentes revogações de instrumentos como o AI-5, e outras leis de exceção, em nada alteraram a essência autoritária e repressiva do Estado brasileiro.

A repressão continua sob novas e velhas formas. Os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores e assalariados, suas greves, as mobilizações e os piquetes têm encontrado sistematicamente a presença da repressão política a serviço dos interesses do capital. Os meios de comunicação social continuam controlados e sujeitos a pressões de todos os tipos, principalmente a chamada imprensa "nanica". Enfim, o Estado continua armado contra a sociedade. Nem mesmo seus organismos montados com o exclusivo propósito de repressão política foram desativados.

A desmobilização das polícias políticas sempre foi a primeira medida de qualquer movimento que tivesse como objetivo a democratização da sociedade e o fim de estados autoritários e ditatoriais. Não custa lembrar exemplos da história recente, como a Savak do Irã e a Pide, de Portugal.

Em Portugal, a primeira medida do Governo da Junta de Salvação Nacional - representante do movimento das Forças Armadas (MFA), que derrubou a ditadura salazista de 50 anos, foi o imediato desmantelamento da Pide. Este organismo - a Polícia Internacional de Defesa do Estado - tinha amplos poderes para proibir reuniões e atos públicos, "fichar" pessoas consideradas subversivas, para prender quem imprimissem publicações, manifestos, panfletos ou qualquer outro tipo de literatura que fosse considerada ameaçadora à "ordem política", ninguém poderia obter emprego sem prévia autorização da "Pide", e por trás destas atividades consideradas "legais" ela prendia, torturava e matava, e justificando o "internacional" de seu nome, estendia suas atividades às colônias na África - isto também "legalmente", pois na verdade ela atuava em qualquer parte do mundo no combate aos oposicionistas. O exemplo mais conhecido é o caso do seqüestro e assassinato do General oposicionista, Humberto Delgado, e sua companheira brasileira, ambos se encontravam exilados e foram encontrados mortos na vizinha Espanha franquista.

Enfim, siglas como PIDE, SAVAK, GESTAPO, CIA, KGB, GPU, DINA e também Delegacias da Ordem Política, DOI-CODI, DIP, OBAN, SNI, etc, passam para as páginas da história identificadas com seus períodos mais negros, mais obscuros. Elas são sinônimos de repressão, violência, terror, crimes, seqüestros, assassinatos e torturas, sofrimentos e medo, ditadura e totalitarismo. Estes nomes não podem figurar ao lado da liberdade, da solidariedade humana, da justiça e da igualdade.

Atualmente no Brasil, não é apenas um organismo que se identifica com a repressão política, com o terror policial, com as torturas e todos os tipos de violências. No entanto, o presente projeto de lei visa atingir um dos principais organismos de repressão política - a Delegacia de Ordem Política da Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná.

Esta Delegacia tem se caracterizado como uma verdadeira polícia política. Esta tem sido rigorosamente sua função prioritária.

O nome da Delegacia de Ordem Política, gera medo, gera insegurança.

É um nome que todos associam às torturas, às violências.

Enfim, a Delegacia de Ordem Política é um organismo que, além de ser absolutamente inútil para a sociedade, a sua existência - assim como a de outros organismos de repressão política - é incompatível com qualquer passos significativo no caminho da democratização do País, além de estar, segundo

nosso entendimento, em flagrante desacordo com a própria Constituição Federal vigente, mais especificamente com o Art. 153 e seus parágrafos que reza o seguinte: "todos são iguais perante a lei", e mais adiante "é livre a convicção filosófica ou política".

Ora, se a própria Constituição prega o livre pensar da convicção política, não podemos conceber que exista uma Delegacia especializada unicamente em investigar e "perseguir" os opositores do regime.

Uma Delegacia que se mostra eficiente para perseguir e torturar os que ousam pensar diferentemente dos poderosos do dia, e no entanto, se mostra ineficiente ou "fecha os olhos" quando organizações de direita atuam livremente.

Porque a Delegacia de Ordem Política ainda não esclareceu os seqüestros seguidos de torturas físicas e mentais do estudante conhecido por "Carlão" da Universidade Federal, que foi seqüestrado? E o seqüestro da professora Juracilda Veiga? E o desaparecimento do professor de Apucarana que veio buscar o "chamado atestado ideológico" e desapareceu dentro da própria Delegacia de Ordem Política? E a invasão da sucursal do "Jornal Em Tempo"? Porque estes atos ainda não foram esclarecidos à opinião pública?

Isto prova a toda a sociedade, que a Delegacia de Ordem Política só persegue os que têm convicção diferente das do regime e deixa atuar as "clandestinas" organizações de direita, que vivem espalhando o terror e a insegurança.

Sem alimentarmos a ilusão da possibilidade de uma plena democracia política nos quadros de uma sociedade onde é exercida uma férrea ditadura econômica e social, é necessário, cada vez mais, avançar no sentido de desarmar o Estado que se encontra a serviço de uma classe social minoritária que oprime e explora a maioria do povo brasileiro.

O próprio Líder do Governo nesta Casa, quando afirmávamos que Vladimir Herzog foi morto pela ditadura, nos porões da ditadura, afirmou que ele foi vítima de um regime policialesco. Vítima dos excessos cometidos pela polícia política do regime.

A extinção dos órgãos de repressão política é condição para qualquer avanço na luta que travarmos pela democratização da sociedade, pelas amplas liberdades de organização, manifestação e expressão que queremos para toda a Nação brasileira".

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nos longos anos em que o povo tem me conduzido a esse Parlamento, na nossa segunda Legislatura, temos tido uma constante preocupação com o problema da nutrição, da alimentação, principalmente daquele que é o alimento básico de toda a estrutura de formação mental, principalmente das crianças.

O pobre, o assalariado, via de regra, o melhor alimento que hoje ainda pode ter, é o leite e o pão. Esses dois produtos de fácil aquisição, está, dia a dia, tomando as mesmas características do próprio petróleo, de difícil aquisição, pelo assalariado e, recentemente, discute-se o aumento de preço do pão em aproximadamente Cr\$ 1,00 por unidade.

Acontece, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, que esta medida é uma medida que vem secundada pela péssima, pela condenável política de preços do Governo, e esses organismos, que como bem enfatizou o nobre Deputado Waldyr Pugliesi, precisavam ser extintos, precisavam ser expungidos da administração pública, porque nenhum efeito benéfico traz à população.

É SUNAB, é superintendência de uma porção de coisas, que existe na ordem pública, ou na desordem pública, e não é menos verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que há poucos

dias os jornais estampavam que em determinada região do País, milhares de litros de leite estavam sendo jogados aos porcos, porque não tinham possibilidade de mercantilização.

E, recentemente, notou-se que os interessados viabilizavam uma fórmula mágica para aumentar o preço do leite, que, evidentemente, aumentou; e agora, equaciona uma modalidade para diminuir o teor de gordura do leite, de 4, ou de 3 que, atualmente, é o leite de mercado tipo "C", para 2 por cento do teor de gordura.

E houve até uma ironia de um jornalista que teria a indagar — "Ora, se a vaca gera o leite com um teor de gordura do leite, com um teor de gordura superior a 4 por cento, 5 por cento, praticamente, não é de se indagar se a natureza está errada, porque se o leite é criado, se o leite é constituído naturalmente, por um teor de gordura superior a 4 por cento, não é de se discutir que possa ser colocado no mercado a dois por cento, e que tenha um valor nutritivo igual ao leite natural". Porque, se não, a vaca daria um leite e, é isto que diz o jornalista, "a vaca daria o leite à base de dois por cento de gordura".

E a ladainha do pão está aí, Sr. Presidente, exatamente conforme a ladainha do leite; no ano passado, no mês de agosto, subiu 133 por cento, em poucos meses, e custa, hoje, no mercado, Cr\$ 0,60 (sessenta centavos), e há alguns supermercados que vendem até a cinquenta centavos a unidade do pão d'água.

Acontece que os panificadores dizem que não é possível fornecer o pão d'água a sessenta centavos, e querem agora, a Cr\$ 1,00, dizendo que não há mercado para pão francês que é um tipo que estabiliza ou que dá condições de normatizar o preço do pão d'água.

Sr. Presidente, para concluir, não é possível que a população possa assistir a esse espetáculo dantesco, que já vem grassando o seu destino e criando limitações na sua nutrição há tanto tempo.

Que a SUNAB exerça o seu papel, não só de fiscal concordante do aumento de preços, mas que exerça a sua, o seu munus público de, realmente, proteger a população.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Todas as ditaduras, sem exceção, têm como marcas características, a corrupção e a violência.

Da corrupção, nem os governos democráticos de forma quase generalizada, conseguiram se isentar, porém, com a violência, os ditadores convivem plenamente.

Cada ditador, no decurso de toda a história do mundo, foi mais ou menos violenta, mas todos, indistintamente, foram enterrados com o rótulo da violência e assim o serão também, os da nossa época.

Valem-se e se valeram dela, por ser o único meio de usurpar o Poder e nele se manterem, nele se perpetuarem, dele se aproveitarem, locupletando-se a si próprios e a seus áulicos. Ela, a violência, é o estigma indelével e inseparável dos regimes de força.

## REQUIEM PARA UM JORNALISTA

Bill Stewart, 37 anos

"poderia ter sido teu irmão ou teu filho"

Quarta-feira, o mundo já estarecido, tremeu ao assistir novos e sangrentos episódios provocados pela violência e pela desumanidade da ditadura nicaraguense, que, graças aos valerosos guerrilheiros sandinistas, parece estar nos seus estertores.

O ANIMALESKO, BRUTAL E FRIO ASSASSÍNIO DE UM JOVEM JORNALISTA INDEFESO - ASSIM CREIO - DEVE SER PARA OS POVOS CIVILIZADOS, O PONTO FINAL DE TOLERÂNCIA DIANTE DA SANGUINOLENTA

DITATURA DO GENERAL SOMOZA, QUE JÁ DETERMINOU A MATANÇA DE OUTROS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO.

Hoje, o mundo inteiro está chocado e entristecido, porque a televisão permitiu que se documentasse o inominável crime cometido pela polícia assassina de Somoza, o Átila da América Central.

O assassinato de Bill Stewart, é um convite à reflexão, à meditação, para que se indague, se dimensione e se conclua sobre o que seja um regime que se sustenta na força bruta e se vale da violência, para manter o Poder.

Hoje, todos os cidadãos do mundo, perplexos, se interrogam, buscando saber se em seus próprios países, em suas próprias nações, não acontecem também, barbáries como a de quarta-feira, registrada pela televisão.

A nós, BRASILEIROS, esta reflexão, PARTICULARMENTE, deve ser profunda e responsável, eis que as cenas violentas da nossa ditadura não foram exibidas pela televisão, mas nada nos autoriza ou impede de esquecê-las, principalmente quando os familiares de suas vítimas e os sobreviventes clamam por Justiça.

Desejaríamos ver, sim, nas barras dos tribunais os que cometeram atrocidades, torturaram e mataram.

Mas, não nos iludamos.

Armada está uma barreira intransponível, um sistemático dispositivo, um verdadeiro engenho, para impedir a inapelável punição dos que foram instrumentos da violência.

Sob pena de crime de omissão, o Governo brasileiro não mais deve contemporizar com o deplorável sistema de Governo da Nicarágua.

A condenação do regime genocida de Somoza e o imediato reconhecimento da legitimidade da causa abraçada pelos sandinistas — DEPOIS DO CRIME DE QUARTA-FEIRA — é obrigação de toda Nação civilizada, que cultue e respeite os sagrados princípios do direito à vida e à liberdade.

O silêncio, nesta hora, será interpretado como apoio, como solidariedade, aos métodos cruentos da polícia de Somoza não menos violenta que a de Idi Amin, que a de Hitler.

Calar diante de um crime desta natureza, prenúncio de prometida seqüência à série já iniciada, é negar a decantada tradição pacífica do povo brasileiro que aí está a exigir protesto formal e expresso de nossa Nação, REPUDIANDO a guerra fratricida em desenvolvimento na Nicarágua, cujo escopo, indiscutível, é a manutenção de um ditador no Poder, corrupto e violento, como todos os demais.

## DITADURA NÃO CONTESTA DITADURA"

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao nobre Deputado Mário Celso, quinto orador inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Apenas gostaria aqui, de como fruto do rádio, pessoa que vive o dia a dia da comunicação, registrar a abertura que se faz no programa "Paraná em Marcha". Nós queremos, realmente satisfeitos, registrar com alegria essa motivação, não só para aqueles que vivem do rádio, como para o político. Porque com a famigerada Lei Falcão os homens da oposição sentiram a dificuldade de transmitir a sua mensagem, o seu pensamento ao povo que o elege. Enquanto que a situação privilegiada com a publicidade governamental, a publicidade oficial ainda contava com o programa "Paraná em Marcha", que no Governo passado foi uma verdadeira barbaridade, com promoções pessoais do Governador, de Secretários de Estado e de dirigentes do Executivo.

No dia de hoje, o programa recebe uma nova linha de conduta, dirigido pelo jornalista Milton Ivan, contando com o repórter político Lineu Borges, que diariamente comparece a



repórter político Lineu Borges, que diariamente comparece a esta Casa Legislativa. Traz a mensagem verdadeira dos acontecimentos; o "Paraná em Marcha" de hoje, que é gerado por 54 emissoras de rádio da Capital e do interior, aborda os assuntos do dia no ângulo da Situação e da Oposição.

Ainda hoje tivemos o prazer de ouvir a palavra do Deputado Waldyr Pugliesi, no programa "Paraná em Marcha", quando ele contestava o Plano de Desenvolvimento Nacional, o PDN.

Ouvimos a palavra do Deputado Luiz Alberto, da ARENA e de Waldyr Pugliesi do MDB, e isto é muito importante; deve ser exaltado até por uma questão de justiça.

Quanto ao Plano de Desenvolvimento Nacional, o chamado PND, provavelmente não passa de mais uma experiência desse Governo, que já viveu de tantas outras fracassadas experiências.

Nós, inclusive, sentimos que o Ministro Mário Henrique Simonsen, encarregado da elaboração desse plano, é o homem que se transformou no maior cabo eleitoral do MDB, porque na verdade, é o Ministro que mais munição consegue colocar para o lado do Partido da Oposição, o criador de simoneta, o incentivador de congelamentos que são na realidade planos mais frios do que qualquer tipo de realidade. Nós sentimos que o Ministério que hoje implanta normas, visando diminuir a inflação, é o mesmo que há algum tempo vem aumentando esta inflação.

O Ministério de hoje, é, em termos comparativos, um time de futebol. E podemos citar o Cosmos Norte-Americano, é um time onde todos querem aparecer, mas ninguém joga para o conjunto. Na verdade, o Ministro Golbery é, sem dúvida alguma, o dono da bola. Ele é o dono da bola e não abre; o Ministro Riechbieter, é o que joga na retranca, o supervisor do time, ele inclusive dificilmente cairá, porque existe ainda, o Capitão do time, que é o Ministro do Planejamento e que fica, naturalmente, por enquanto, agüentando as consequências, consequências desastrosas.

Para concluir, Sr. Presidente, segundo informações do próprio Senador arenista, Luiz Cavalcante, segundo a previsão dele, o Governo Figueiredo vai terminar sua atual gestão, com uma inflação de 1.510 por cento. É claro que com o aumento que vem agora da carne, ônibus, leite, refrigerantes, produtos hortigranjeiros, a população brasileira está muito satisfeita, e acredita, entre aspas, neste PND que vem surgindo e que não vai passar de mais uma fracassada receita.

Era só, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci, sexto orador inscrito.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "O espaço reservado pelo Regimento Interno desta Casa às Lideranças Partidárias, foi-me cedido pelo Líder Nilso Sguarezi, nesta data, para tratar de um assunto diferente do anteriormente programado. Esta semana, foi destinada pelo MDB, para, daqui, tratar-se apenas da análise da ANISTIA, tema em debate em todos os quadrantes do País, realmente de importância fundamental para a pacificação da Nação brasileira, para o qual o MDB tem dedicado especial atenção.

Ao agradecer a atenção da Liderança do meu Partido, ao ceder-me o espaço, quero dizer que, talvez, trate também de um outro tipo de "anistia", nesta oportunidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Lei 6168, de 09/12/74, criou o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS, destinado a dar apoio financeiro a programas e projetos de caráter social, que se enquadrassem nas diretrizes e prioridades da estratégia de desenvolvimento social dos Planos Nacionais de Desenvolvimento. Os recursos oriundos da renda líquida da Loteria Esportiva e Federal; de dotações orçamentárias da União; destacados para o fim específico nos orçamentos operacionais da Caixa Econômica

Federal, os recursos de origem interna ou externa, inclusive provenientes de repasses ou financiamentos. Trata a Lei também, da aplicação dos recursos do FAS.

Assim é que o art. 5º diz: "As aplicações a cargo da Caixa Econômica Federal, dentro das normas estabelecidas pelo Poder Executivo, serão feitas sob a forma de FINANCIAMENTOS DESTINADOS PREFERENCIALMENTE A:

- 1) — Projetos de interesse do setor público, nas áreas de Saúde, Saneamento, Educação, Trabalho e Previdência e Assistência Social;
- 2) — Projetos de interesse do setor privado nas áreas referidas no item anterior.
- 3) — Programas de caráter social, para atendimento a pessoas físicas.

A Lei em pauta, foi regulamentada pelo Decreto número 75.508, de 18 de março de 1975, que estabeleceu condições para conquista de recursos junto à Caixa Econômica, tendo como fonte o FAS.

Entre os empreendimentos financiáveis, constam a construção ou ampliação de hospitais, objetivando o aumento do número de leitos hospitalares em todo o País.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A introdução ora produzida, discorrendo ligeiramente sobre a constituição do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS, coube apenas para colocar-se um problema que já vimos tratando desta tribuna, há mais de um ano, ou seja: as novas instalações do 'POSTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA' do INAMPS em Maringá.

Seria cansativo repetir os termos dos pronunciamentos de dia 5/06/78 e 22/05/79, onde o assunto foi tratado como denúncia de possíveis irregularidades na locação do prédio do Hospital Santa Helena, para servir como Posto de Assistência Médica do INAMPS, em Maringá. Porém, é necessário fazer-se um ligeiro relato sobre o problema para melhor posicionamento dos Srs. Deputados e desta Casa.

O MPAS/INPS, mandou publicar nos jornais de Maringá, um edital dizendo necessitar para servir como Posto de Assistência Médica em Maringá, de um prédio com uma área aproximada de 2.500 a 3.500 metros quadrados. Várias propostas foram apresentadas. A escolha recaiu sobre o prédio onde funciona o Hospital Santa Helena, com 2.039,71 metros quadrados, isto em dois prédios; um com 1.738,31 metros quadrados, outro com 301,40 metros quadrados, portanto, o Edital não foi cumprido, visto que o mesmo pedia imóveis com 2.500 a 3.500 metros quadrados. Quando o assunto foi abordado desta tribuna, o órgão através de uma nota à imprensa, disse que careciam de fundamento as denúncias, tendo em vista que a "opção técnica recaiu sobre o Hospital Santa Helena" e não havia influência de qualquer setor isoladamente nesta escolha.

O problema não mais foi tratado por aqui. Porém, embora o problema fora levantado pelo Vereador Jesus Hernandes do MDB de Maringá, o caso ganhou maiores proporções agora, ao ser encampado pelo Vereador e suplente de Deputado Estadual da Arena, Ferrari Júnior, nosso adversário, mas que nesta causa mostra-se aguerrido e disposto a encontrar a verdade, e isto é elogiável, tendo inclusive, depois de oferecer denúncias junto à Câmara de Maringá, sido convidado a vir a esta Capital para uma entrevista com o superintendente do INAMPS, Dr. Alcení.

Para sua surpresa, ao apresentar-se naquela repartição, foi-lhe solicitado que comparecesse a uma sala próxima onde se encontrava, que em seguida seria recebido pelo Superintendente. Quando lá compareceu, encontrou postado em sua mesa, um cidadão que lhe disse: "O Sr. está aqui para prestar depoimento em inquérito administrativo referente à locação de imóvel para localização do Posto de Assistência Médica em Maringá,

Embora suspreso, pois não fora intimado ou notificado com antecedência, mas sim, estava atendendo um convite para

falar com o superintendente, o Vereador Ferrari Júnior submeteu-se ao interrogatório, ilegal e abusivo, pois somente teria validade se cumpridas as exigências legais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao lado das denúncias e debates referentes ao caso, necessários, é claro, para esclarecimento da situação, existe um verdadeiro libelo contra os responsáveis pelo órgão em Maringá, firmado pela Senhora Nair de Costa Jaime, esposa do proprietário do imóvel locado para a mesma finalidade, por Cr\$ 88.000,00 mensais, que diz em certo trecho: "Esses comentários (os referentes à corrupção no aluguel do novo prédio), todos vieram a ser confirmados..."

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao nobre Deputado que Vossa Excelência tem um minuto para conclusão de seu pronunciamento.

Entretanto, consulta à Liderança do MDB, se Vossa Excelência poderá permanecer na tribuna no horário que lhe é reservado.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Serão concedidos cinco minutos para o Deputado Facci, e os restantes, para o Deputado Darcy Deitos.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Agradeço a liderança do MDB.

"... Todos vieram a ser confirmados pelo próprio Sr. Arlindo Ritondin, dono da Corretora Fiel, e marido da agente local, Sra. Nidia Muniz Ritondin, que no dia 16 deste (maio) às 16:40 horas, procurou o Dr. Alípio Miguel Jaime, em nossa residência e proprietário do prédio atualmente locado pelo INAMPS para propor-lhe o seguinte: que não efetuasse as reformas para continuar com a locação do INAMPS, mas sim fizesse um acordo para receber em dinheiro, e fizesse sempre exigência, a maior do oferecido pelo Órgão, pois entendiam não ser crime tirar dinheiro do INAMPS, já que o mesmo dizia não ter dinheiro para pagar médicos e hospitais, mas tem para fazer locações caras".

Afirmado ainda, na mesma carta, que, referido corretor, marido da agente local do INAMPS, teria afirmado: "dependendo do orçamento e de quantia que o INAMPS nos desse em dinheiro, ele iria querer uma comissãozinha".

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a proposta, pelo visto, não foi aceita, pois se tivesse, a Sra. Nair da Costa Jaime não teria feito a denúncia e tampouco dado publicação à mesma com a firma devidamente reconhecida.

Outro aspecto do problema, refere-se à primeira manifestação feita nesta Casa a respeito do problema. Afirmei que, segundo denúncias do Vereador Jesus Hernandez, a proposta para locação do Hospital Santa Helena fora feita pelo valor de Cr\$ 400.000,00 mensais, a resposta a este Deputado, foi de que as declarações "careciam de fundamento", aceitei é claro, a forma da resposta, pelos jornais da capital, tendo em vista que realmente fiz apenas o registro da denúncia já apresentada na Câmara de Vereadores de Maringá.

Realmente, carecia de fundamento? Acredito que não, se tomada por base a nota de esclarecimento - expedida pelo INAMPS que diz num dos trechos: "O que oferece melhores condições técnicas é o Hospital Santa Helena, cujos proprietários PEDIRAM 400 MIL CRUZEIROS DE ALUGUEL MENSAL. O INAMPS não aceitou, porque o preço era muito elevado. Passou a estudar as outras ofertas que, embora com preços menores, não atendiam com o HSH aos requisitos físico-funcionais. O INAMPS contra ofereceu 180 mil mas os proprietários acharam um preço muito baixo e pediram 216 mil, anexando mais um imóvel (uma casa de 600 m2).

Diante disto, o INAMPS, de acordo com os pareceres técnicos, já favoráveis ao imóvel, aliado ao preço mais baixo, fez opção pelo Hospital Santa Helena. Não haveria motivos para duvidar-se dos judiciosos "laudos técnicos". Porém, por que às outras propostas não foi dispensada a mesma atenção? Por que não anular o primeiro edital, tendo em vista que nenhuma pro-

posta atingiu a metragem exigida, para assim proporcionar condições a outros proprietários de imóveis com as medidas ora locadas?

Na carta da Sra. Nair da Costa Jayme, ela afirma que possui uma gravação, embora com ruídos, que comprova o recebimento de comissão por parte do corretor imobiliário, que, coincidentemente, é marido da agente local do INAMPS para a locação do novo prédio, na ordem de Cr\$ 270.000,00 seria verdadeira a denúncia? Na sindicância realizada, na qual foi ouvido ilegal e violentamente o vereador Ferrari Júnior, que se viu constrangido a prestar depoimento em sala separada em Curitiba, quando aqui comparecia como vereador para tratar de assunto do interesse da comunidade maringense, e não como testemunha ou parte em inquérito, foram consideradas as denúncias formuladas pela signatária da carta?

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Compareci, juntamente com os Deputados Renato Bernardi e Tadeu Lúcio Machado, a visita que os responsáveis pela Previdência Social no Estado fizeram à Câmara Municipal de Maringá. Ouvimos com atenção as explicações dessas autoridades, bem como as inquietações dos Srs. Vereadores, mas, como tratava-se de visita de cordialidade ou informal, como foi designada, não poderíamos esperar revelações maiores, porém as perguntas que formulamos acima, objetivo de iguais indagações dos vereadores maringenses, não foram respondidas a contento.

Mas, se nos atraíssemos do enfoque até aqui dispensado ao caso, e estudássemos o outro lado da medalha. Se tantas denúncias foram feitas envolvendo pessoas respeitáveis da sociedade maringense, é claro que o INAMPS teria por obrigação em emitir notas oficiais de esclarecimentos, e o fez em data de 08 de junho, quando diz em trecho da mesma: "A decisão final foi tomada a nível estadual e nacional, não tendo a administração local de Maringá qualquer participação".

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a emenda foi pior que o soneto. No mesmo dia 08 de junho, o contrato de locação foi firmado pelo agente local do INAMPS de Maringá. Vejam bem, o instituto diz que a administração local nada tem a ver com locações de imóveis, em 08 de junho, na mesma data, sua agente local firma um contrato de locação, justamente do prédio que tantos problemas já causou.

Mas, disse inicialmente, que poderia também parecer um problema de "anistia" diferente; e por isso, fiz um breve relato referente à criação do FAS e a seus programas específicos.

Acontece. Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Hospital Santa Helena recebeu há pouco tempo, financiamento do FAS para ampliação e maior oferta de leitos hospitalares em Maringá. Concluída a aplicação dos recursos do FAS, que tem objetivos eminentemente sociais, segundo sua lei originária e decretos de regulamentação, o mesmo hospital deixa de atender tais finalidades, para passar a sediar apenas "POSTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA" do INAMPS, REDUZINDO conseqüentemente a oferta de leitos em Maringá.

Não há, aqui, nenhuma intenção em acusar os dignos e ilustres médicos diretores do Hospital Santa Helena, Drs. Paulo Jacomini e Antônio Mestriner, pessoas respeitáveis e de conduta social ilibada, de haverem aplicado mal os recursos oriundos de programas sociais do Governo e conquistados para ampliação do Hospital Santa Helena, absolutamente, os recursos foram aplicados, o Hospital ampliado, é que deve prevalecer.

Assim sendo, havendo a possibilidade de melhor rendimento simplesmente alugando o prédio para um órgão público, que continuar o hospital em funcionamento, optaram logicamente pelo mais simples e rentável. Não estão errados. Erro existe em nosso entendimento, isto sim, é por parte do INAMPS que se preocupou apenas em defender seus funcionários das acusações de possíveis corrupções que estudar mais calmamente

se o prédio locado tinha financiamentos de órgãos públicos ou não, fato que, em nosso entendimento, invalida a locação por parte do INAMPS, já que uma residência, quando financiada pelo sistema financeiro do BNH, não pode ser destinada à locação para órgãos públicos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltei ao assunto, por entender que foi desvirtuado inteiramente nos objetivos de aplicação dos recursos do FAS. Por entender que todos os casos envolvendo dinheiro público, devem ficar plenamente esclarecidos e, acima de tudo, por dever, como parlamentar oriundo de Maringá, em buscar soluções para os problemas que envolvem e afligem nossa comunidade".

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos, inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Nada mais nobre nos homens públicos, do que ter os olhos sinceramente voltados para o bem comum, e o melhor dos seus esforços dirigidos para a concretização dos ideais coletivos".

Mário F. Santos

Mas, qual é o bem comum, quais os ideais coletivos, se não a liberdade e a democracia, estas que devem começar no momento presente com uma "Anistia Ampla, Geral e Irrestrita" que aqueles que detêm o poder, não irão conceder ao povo brasileiro, parecendo até que simplesmente, mais uma vez, irão enfeitar as vítimas para a hora do sacrifício.

Comungamos aqui o pensamento de Eni Raimundo Moreira, quando diz: "Não queremos anistia que deixe nos cárceres e no exílio brasileiros que lutaram pela emancipação do País. Não queremos anistia que não alcance todos os brasileiros que a ditadura prendeu e arrebatou. Não queremos anistia que divida a nossa luta exatamente no momento em que ela ganhou a batalha que custou a vida de muitos".

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, deixemos o contexto nacional e voltemos ao nosso Estado, o Estado do Paraná, para analisarmos aqui o porquê de nossa luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita, o porquê de nossas vozes não se cansarem de clamar, não por perdão, mas sim por justiça, pois aqui, como no resto do País, as injustiças foram cometidas e muitos companheiros tombaram ou foram tolhidos em suas liberdades e nos seus direitos de defenderem um Brasil para os brasileiros, livre da exploração em todas as suas formas.

Relembremos os tristes episódios vividos à época do despotismo, do arbítrio aqui em nosso Estado, iniciando-se com a cassação de Amaury de Oliveira e Silva, então Senador pelo Paraná, Waldemar Daros, Luiz Alberto Dalcanalle, Almir Passos, deputados estaduais, além de Walter Pecoits, este torturado em Cascavel pelo Coronel Lapa, até perder uma de suas vistas, sendo o protótipo da vítima do regime que se instalava aqui em nosso Estado, daí então não aceitarmos simplesmente o perdão, mas desta tribuna clamarmos por justiça.

Outros tombaram no caminho, militares, donas de casa, líderes estudantis, operários, jornalistas, enfim, uma gama de pessoas que buscavam e buscam tão somente melhores dias para a nossa coletividade.

Temos que lembrar ainda, as cassações de Renato Celi-dônia, Léo de Almeida Neves, Jorge Cury, Alencar Furtado, deputados federais, José Leon Barcellos, Sinval Martins, Jacinto Simões, Miram Pery e Anibal Cury, estes deputados estaduais que tiveram tolhidos os seus direitos.

Mas o clamor por justiça é mais aguçado quando recordamos o desaparecimento dos jovens Antônio Três Rios de Oliveira, no desabrochar de sua juventude, no limiar de sua existência, quando tombou, mas heroicamente, no dia 10 de

maio de 1970, e temos que desta tribuna hoje repetir as palavras de sua avó, uma Senhora de 75 anos de idade, Dona Orozina Ulhoa Silveira que diz: "Será que mataram meu Toninho porque ele e seus amigos procuravam saber as causas da miséria do povo brasileiro?"

Ou temos que repetir a frase que motivou a morte do jovem Idésio Brianesi: "Ele era muito perigoso por ser muito inteligente", será que neste País não tem lugar para inteligentes? Será que neste País ser inteligente é crime?

E aqui, cabe mais uma pergunta: Onde está o corpo de Idésio? Esta Casa, Sr. Presidente, deveria, por honra, levantar mais uma vez este triste episódio, que não só enluta a família do jovem inteligente, do jovem que perdeu a vida por lutar ao lado do povo brasileiro, mas enluta a comunidade paranaense que viu ceifado de seu convívio um jovem inteligente e altruísta.

Esse é o doloroso quadro do arbítrio, da prepotência e dodespotismo em nosso Estado, que tem hoje inúmeros lares sem pais, filhos ou irmãos, que fazem com que desta tribuna levantemos a nossa voz para que se faça justiça, pois se isso não ocorrer, a posteridade tomará sobre si, vingar a memória desses brasileiros que desassombradamente lutaram pela liberdade em nosso País até a morte.

Louvamos também, desta tribuna, a luta pela anistia desenvolvida pelo CBA — Curitiba, que aqui realizou um Congresso e que continua na busca de liberdade aos nossos irmãos brasileiros.

Que a nossa voz, possa ser somada a todos os brasileiros que lutam em busca de uma anistia ampla, geral e irrestrita, que consiga fazer levantar a bandeira da democracia e da liberdade, mas com justiça e não com perdão, queremos que não haja distinção entre o estudante na sua luta por liberdade, o jornalista que usa de sua arte para informar verdadeiramente e conscientizar o povo, o sacerdote e o pastor que pregam a favor dos oprimidos e dos fracos, o trabalhador que troca a guerra da sobrevivência por uma luta positiva em prol do desenvolvimento deste País, voltem a ter seus direitos inalienáveis assegurados.

Queremos anistia sim, mas uma anistia ampla, geral e irrestrita, capaz de ser o início da longa caminhada em busca de justiça, em busca da devolução à sociedade brasileira dos seus legítimos valores, da devolução aos lares de tantos pais, de tantos filhos e irmãos, que foram colocados à mercê da sanha dos arbitrários, de um Governo que maltratou e oprimiu, nestes longos quinze anos de ditadura.

Queremos novamente poder repetir as palavras de Whitman aos nossos irmãos brasileiros:

"Bem-vindo sejas, irmão brasileiro  
Teu lugar está pronto; um sorriso te envio,  
uma urgente saudação cheia de sol.  
Que o futuro se haja sozinho, onde  
quer que surjam transtornos  
e obstáculos, nossas agruras do presente,  
o fim democrático, a aceitação e a fé.  
Para ti, nossos braços se estendem,  
nosso rosto se volta, sobre ti,  
nosso olhar paira esperançoso".

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No horário reservado à ARENA, concedo a palavra ao Sr. Deputado João Mansur.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como havíamos prometido na semana passada, hoje voltamos à tribuna para prestar esclarecimentos à Casa sobre a atuação de um dos homens mais discutidos no cenário político nacional e paranaense. (Lê):

"É bom lembrar passados plenos de lutas e vitórias em torno das causas do homem do Paraná e do Brasil, para termos a certeza do presente e do futuro com mais trabalho, mais saúde, melhores salários, mais educação, mais justiça social.

Para a tranqüilidade do povo do nosso Estado, e principalmente quando no próximo mês de julho se comemora seu natalício, é bom lembrar o passado do homem do político e o administrador que é o nosso Governador Ney Braga.

Ney Aminthas de Barros Braga, nasceu na cidade da Lapa, em 25 de julho de 1917. Desde as primeiras letras no Grupo Escolar Manoel Pedro, em sua cidade natal, pelo curso secundário, pela Escola Militar do Realengo, pelo Curso Regional de Aperfeiçoamento de Oficiais, até seu retorno à Curitiba, ao galgar o posto de Capitão no 3.º RAM e no CPOR, sempre demonstrando sua inata capacidade de liderança e ocupante dos primeiros lugares em aproveitamento.

Foi um dos mais jovens oficiais a freqüentar a Escola de Estado Maior do Exército, classificado em segundo lugar, em uma turma de 129 oficiais.

Em 1950, retorna ao 3.º RAM e é promovido à patente de Major.

Em 1952, após receber a condecoração de Cavaleiro da Ordem do Mérito Militar, foi nomeado pelo Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, Chefe de Polícia do Paraná, cargo equivalente hoje ao de Secretário de Segurança Pública.

Foi uma missão desafiadora para um homem de 35 anos de idade, até então dedicado unicamente à carreira militar.

Seu desempenho neste difícil cargo, em um período da vida administrativa do Estado em que vários problemas de segurança pública dominavam em consequência da avalanche colonizadora do Norte do Estado e teve nos seguintes pontos o seu maior destaque:

- elevado sentido de economia nos gastos públicos;
- reforma ampla e profunda no quadro de pessoal;
- reforma ampla e reaparelhamento;
- criação da sala de imprensa;
- criação de estádios para estudantes de Direito.

Ao deixar a chefia da Polícia, em abril de 1954, Ney Braga havia consolidado a imagem de energia, de retidão e de ponderação no trato da coisa pública, levando tranqüilidade e segurança ao povo paranaense.

Em virtude da extrema popularidade adquirida entre as mais diversas camadas sociais da Capital, sendo elogiado até mesmo pela imprensa vinculada aos partidos políticos que faziam oposição ao Governo e não exitavam em exaltar as suas qualidades pessoais, surge naturalmente das bases a sua candidatura à Prefeitura Municipal de Curitiba.

Essa candidatura, nascida das bases, consolidou-se como opção popular irresistível, tendo como reflexo o manifesto lançado em maio de 1954 por 14 vereadores - 70 por cento do legislativo municipal - no qual solicitavam aos seus respectivos Partidos que se decidissem pela candidatura do Major Ney Braga.

A eleição foi disputada com oito candidatos, e após disputada campanha, a 3 de outubro de 1954, foi eleito Prefeito Municipal de Curitiba.

Foi nesta administração que demonstrou sua grande preocupação com o planejamento, como instrumento básico da administração pública, afirmando:

"Fixaremos planos e bases sólidas e reais para executá-las com firmeza e confiança absoluta nos seus resultados. Um plano diretor será elaborado com a maior brevidade. Ele condensará todas as medidas de saneamento, urbanização, pavimentação e outras, para evitar o crescimento desordenado de nossa Capital".

O principal fator do aumento de seu prestígio político que se espalhou por todo o Estado, foram as obras executadas e as lutas em nome dos interesses populares, principalmente com os poderosos em benefício da comunidade.

Na sua administração, destacam-se principalmente:

- a construção do Mercado Municipal;
- a construção da Estação Rodoviária;

— a pavimentação de dezenas de ruas, principalmente as que demandavam aos bairros mais distantes;

— a luta com Companhia Telefônica Nacional, culminando com a implantação do novo sistema telefônico PENTACONTA, na época um dos mais avançados em operação no País;

— a vitória na greve das empresas concessionárias de transportes coletivos, com renovação total de frota após dois anos com um serviço considerado como um dos melhores entre as Capitais do País;

— criação da Comissão Cultural;

— realização do primeiro Festival do Cinema Nacional;

— criação da Comissão de Planejamento de Curitiba, precursora do IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba).

O coroamento de uma extraordinária administração foi em 1957, quando a Capital do nosso Estado ficou situada em primeiro lugar no certame promovido pelo IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal, entre os dez municípios brasileiros de maior progresso.

Ney Braga fez a sua primeira tentativa parlamentar após deixar a Prefeitura de Curitiba, ao se candidatar a uma cadeira na Câmara Federal. O prestígio conseguido com sua excelente administração assegurou uma expressiva votação em todo o Estado, e ineditamente obtendo um terço de todos os votos na Capital do Estado.

Na Câmara, destacou-se tanto pela defesa intransigente das causas e dos interesses paranaenses, como pela abordagem dos grandes temas nacionais. Na sua atuação neste mandato, destacam-se:

— a defesa da necessidade urgente de solução para os problemas de terras nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná;

— a luta pela industrialização e exploração do xisto paranaense;

— a luta por uma política cafeeira que beneficiasse o nosso Estado;

— o protesto contra o Governo da União pela falta de construção de estradas, pela falta de aparelhamento dos Portos de Paranaguá, Antonina, e os do Rio Paraná, e a não execução das obras programadas para o setor energético do Estado;

— os reclamos contra a inexistência de financiamentos do BNDE para empreendimentos no Estado;

— o combate à falta de atenção do Governo Federal para com a agricultura e a pecuária, destacando a crise crônica no abastecimento, o desaparecimento no transporte e no armazenamento e especulação no comércio.

Em discurso de grande repercussão, criticou o modelo de desenvolvimento, destacando:

"O povo não suporta o volume sempre crescente de sua carga de sacrifício. Ouve-se por dezenas de vezes dizer-se que pagamos com ela a nossa parcela para o desenvolvimento. Não se diga que só se faz o desenvolvimento assim - com muitos sofrendo miséria e uns poucos enriquecendo muito.

Nenhum brasileiro digno deixaria de pagar a sua parte de sacrifício, por maior que fosse, para ajudar o desenvolvimento se visse que, parcela idêntica era dada por todos e não só por uns, e que elas estavam sendo empregadas realmente com eficácia".

Em 1960, mercê dos sucessos anteriores vê lançado seu nome pela terceira vez ao sufrágio popular como candidato ao Governo do Estado do Paraná, numa campanha para uma eleição, na época, considerada impossível.

A sua mensagem programática aliada ao seu sempre crescente prestígio pessoal determinaram a sua vitória eleitoral de repercussões profundas na vida administrativa, política e social do Paraná.

Esse espírito de mudança e renovação esteve marcado desde o primeiro dia de seu governo, destacando-se extraordinariamente na sua primeira mensagem à Assembléia Legislativa, uma

definição da filosofia da sua futura administração, ao afirmar:

"Não acredito na política de desenvolvimento que vê apenas a multiplicação dos meios de produção e fecha os olhos para as injustiças sociais.

Também não acredito na política de desenvolvimento econômico que pretende combater as injustiças sem corrigir as suas causas. Uma simples política de desenvolvimento econômico nos faria perder de vista a valorização do homem e uma simples política de desenvolvimento social seria uma fuga à realidade."

Entre as medidas e obras que mais destaque deram ao seu período governamental foram:

- A reestruturação e prestigamento do PLADEP - Comissão do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado;
  - Projetos das Usinas Hidrelétricas de Capivari-Cachoeira, Salto Grande do Iguaçu e reformulação da Mourão I;
  - Linhas de transmissão para o Norte e Litoral do Estado;
  - Rede de armazéns para a COPASA - Companhia Paranaense de Silos e Armazéns;
  - Obras de combate à erosão urbana;
  - Sistema de Abastecimento d'Água das cidades de Guaruapuava, Maringá, Cambé, Campo Largo, Ponta Grossa, Apucarana, Arapongas, Rolândia, Jacarezinho, Bandeirantes, Curitiba e outras de menor porte;
  - Financiamentos através do BNDE e BID;
  - Instituição do FDE - Fundo de Desenvolvimento Econômico;
  - Criação da CODEPAR - Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná;
  - Instituição do Programa Trienal de Investimentos;
  - Plano Estadual de Transportes;
  - Mapeamento Geológico do Estado do Paraná;
  - Inventário dos Recursos Naturais;
  - Melhoria e reequipamento dos Portos de Paranaguá e Antonina;
  - Construção da Rodovia da Integração do Paraná - A Rodovia do Café;
  - Criação do Instituto de Assistência ao Menor;
  - Recuperação e reorganização do Centro de Formação Profissional de Menores de Campo Comprido;
  - Criação do IPE - Instituto de Previdência do Estado;
  - Criação das sociedades de economia mista - SANEPAR, CAFÉ DO PARANÁ, CELEPAR, TELEPAR e FUNDEPAR.
- Na área da educação e da cultura destacam-se:
- Criação do curso regular de teatro;
  - Criação do Teatro de Comédia do Paraná;
  - Construção do Ginásio do Tarumã;
  - Promoção do primeiro Encontro Nacional da Música Popular Brasileira;
  - Com destaque especial a criação do MECA - Mobilização Estadual contra o Analfabetismo pioneiro no Brasil.

No Governo do Estado do Paraná, em nenhum momento afastou-se de sua filosofia cristã afirmando:

"Nenhum sentido terá a abertura de estradas, a construção de usinas, a instalação de indústrias e o amparo a agricultura, se esquecermos que esse esforço só será válido em função do bem-estar que poderá proporcionar ao homem".

Ney Braga foi convidado em 1965, pelo Presidente Castelo Branco, para assumir o Ministério da Agricultura. Na sua gestão é que se deram as maiores reivindicações dos agricultores e dos pecuaristas e industriais, cujas providências de maior destaque enumeramos:

- A fixação dos preços mínimos para os produtos agrícolas antes do plantio;
- Elaboração do novo Código de Pesca;
- Oficialização do ensino de Agronomia e Veterinária;
- Regulamentação das cooperativas;
- Elaboração do Projeto de Lei n.º 5.106/66, concedendo incentivos fiscais para florestamento e reflorestamento;

- Criação do Fundo de Estímulo ao Uso de Fertilizantes - FUNFERTIL;

- Criação do Serviço de Informações do Mercado Agrícola, sendo importante instrumento de apoio à comercialização das safras.

Ainda no ano de 1966, opinam suas bases por disputa a novo cargo eletivo, desta feita em razão de seu extraordinário "currículo" político e administrativo, facilmente se elege Senador da República.

No Senado, presidiu as comissões de Indústria e Comércio, e de Assuntos da ALALC - Associação Latino-americana de Livre Comércio.

Integrando também as Comissões de Agricultura, de Relações Exteriores e de Segurança Nacional. Foi primeiro Secretário da Mesa, e um dos responsáveis pela instalação do PRODA-SEN - Serviço de Processamento de Dados do Senado. E pela construção do anexo II ao prédio daquela casa legislativa.

Nesse período de sua vida demonstrava o político e o administrador as suas tendências para assuntos da educação, dos esportes e da cultura. Em 1967, um grupo de destacadas personalidades da vida econômica nacional criaram a Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social - MUDES, sendo seu primeiro e único presidente.

A atuação da MUDES, sob sua direção tem como destaques:

- A consolidação dos Centros de Integração Empresa-Escola;
- Apoio aos Centros Rurais Universitários de Treinamento;
- Subsídio às primeiras operações do Projeto Rondon, a nível nacional;
- Apoio à participação de estudantes junto a órgãos de desenvolvimento como a SUDENE, SUDAM, CODEVAP e RURAL-MINAS;

- Concessão de mais de 100.000 bolsas de estudos;

- Realização de cerca de 500 programas e projetos;

- Realização de mais de 9.000.000 de horas-estágio em todas as áreas de ensino universitário."

O Sr. Erondy Silvério - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado João Mansur, lamentavelmente, o tempo de que dispõe Vossa Excelência é curto para traçar o perfil de um administrador que tem honrado a história política do Paraná, eu me apresso em dar este aparte a Vossa Excelência, para sugerir que, em outra oportunidade, quando esgotado o prazo regimental que Vossa Excelência tem para ocupar a tribuna, volte, para dizer a esta Casa e ao Paraná, quanto este Estado deve a Ney Braga, porque nós assistimos, aqui, Sr. Deputado, na semana passada, quando um nobre Sr. Deputado da Oposição teceu críticas ásperas e rudes ao ex-Ministro de Educação e hoje Governador do Paraná. Nós assistimos uma manifestação de quatro, cinco jovens que estavam nas galerias, de aplauso àquelas críticas, certamente, porque aqueles jovens, jovens como são, não conhecem a história do Paraná; não sabem o quanto este Estado deve a Ney Braga e Vossa Excelência está fazendo um relato da trajetória política e administrativa de Ney Braga. Quando Vossa Excelência passou pelo Município de Curitiba, Vossa Excelência, talvez, pela exiguidade de tempo, deixou tantas e tantas realizações feitas por Ney Braga, em Curitiba, algumas, até, Vossa Excelência cometeu injustiça porque graças a Ney Braga é que o Município de Curitiba pôde, em 1955, de 1955 para cá, reestruturar-se não só administrativamente mas, em equipamento, para tornar Curitiba belíssima e humana, Capital que hoje é. Foi a partir da administração de Ney Braga, porque quando ele assumiu a Prefeitura de Curitiba, o Município contava com duas motoniveladoras, uma das quais encostada para ser vendida como sucata. Criou o Departamento Rodoviário Municipal, adquiriu a Usina de Asfalto que, está, até

hoje, servindo o município. Enfim, se eu fosse contar as realizações de Ney Braga, como Prefeito, eu ficaria, aqui, o dia todo e, as conheço bem, porque fui Vereador naquela época e acompanhei, de perto, a grande administração. Mas, voltando ao assunto principal deste aparte, primeiro para me parabenizar com Vossa Excelência; segundo, para dizer que aqueles jovens que aplaudiram as críticas a Ney Braga, eu não os condeno, porque são jovens e, os jovens, por natureza, são contestadores, arrebatados e, principalmente, porque eles não conhecem quem foi Ney Braga, na história político-administrativa do Paraná. O que Vossa Excelência está dizendo, da tribuna, merece ser divulgado por todo Estado, a fim de que o Paraná reconheça os méritos deste grande administrador.

Erros, é verdade, os teve e, quem não os tem, na vida pública; quem não os tem. Mas, se colocarmos na balança, os acertos ganharão e ganharão em muito aos pequenos erros cometidos por este grande paranaense.

Sugiro a Vossa Excelência que, numa outra sessão, dê continuidade a esse pronunciamento, porque Vossa Excelência não vai ter tempo hábil para concluí-lo.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte do Deputado Erondy Silvério.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao nobre Deputado, que Vossa Excelência tem um minuto para conclusão do seu pronunciamento.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu pediria, então, apenas, porque a minha presença, nesta tribuna, como bem disse o Deputado Erondy Silvério com muita autoridade, porque foi Vereador por diversas vezes da Capital do Estado, e acompanhou a luta e o trabalho de Ney Braga, eu poderia ficar aqui um mês, um mês discorrendo sobre a atuação de Ney Braga, nos diversos cargos que ocupou; mas, a finalidade principal, nobre Deputado Erondy Silvério era trazer a esta Casa, porque o Ministro Ney Braga foi criticado por diversas vezes por diversos Deputados, sobre a sua atuação no Ministério da Educação.

E eu tenho aqui, lamentavelmente o tempo não me permite, meia dúzia de páginas da sua atuação no Ministério da Educação, o que ele fez em favor da educação no Brasil e principalmente do Paraná, das verbas que ele carreteou, das milhares de escolas que ele propiciou condições para funcionarem, inclusive aqui em Curitiba.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte, Deputado?

O SR. JOÃO MANSUR — Infelizmente e lamentavelmente não há tempo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao nobre Deputado que o tempo de Vossa Excelência da tribuna, está esgotado.

O SR. JOÃO MANSUR — Mas nobres Deputados, eu me comprometo a voltar na próxima sessão, porque eu não pude citar nenhum dos atos, dos fatos e dos feitos do Sr. Ministro Ney Braga no Ministério da Educação.

Voltarei, para o conhecimento da ilustre bancada do MDB, que está tão desejosa de saber o que Ney Braga fez no Ministério da Educação e Cultura do Brasil. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Proposição n.º 80/79, proposta de emenda à Constituição do Estado do Paraná, de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi.

A Mesa receberá emendas à proposta durante os próximos três dias.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Los-

so, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, lido da tribuna. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 144/78, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - A.P.M.I., com sede na cidade de Ubatã. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE LEI N.º 144/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - A.P.M.I., com sede na cidade de Ubatã.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 14/79, que autoriza a reverter ao Município de Cascavel, mediante doação, área de terras com 6.015m<sup>2</sup>, denominada lote 5-D, da Quadra D, do loteamento ADRIANA, no referido município. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE LEI N.º 14/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Cascavel, uma área de terras contendo 6015,00m<sup>2</sup>, denominado lote n.º 5-D (cinco "D"), da quadra "D", do loteamento ADRIANA, da cidade de Cascavel, área essa adquirida pelo Estado do Paraná, do referido Município, por escritura pública de doação lavrada no Livro 155-JB, fls. 095, matrícula n.º 750, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 26/79, que declara de utilidade pública a FEDERAÇÃO PARANAENSE DE FUTEBOL DE SALÃO, com sede em Curitiba, como especifica. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE LEI N.º 26/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a FEDERAÇÃO PARANAENSE DE FUTEBOL DE SALÃO, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de julho de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 31/79, que cria os



Distritos de Ramilândia e Diamante do Oeste, no Município de Matelândia, com divisas que especifica. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**  
**DO PROJETO DE LEI N.º 31/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Ficam criados no Município de Matelândia, os Distritos Administrativos de Ramilândia e Diamante do Oeste, com sede nas localidades do mesmo nome com divisas e confrontações seguintes:

**I — DISTRITO ADMINISTRATIVO DE RAMILÂNDIA:**

Com a localidade de Diamante do Oeste: — começa na foz do Rio Roselito seguindo-se pelo Rio São Francisco Falso - Braço Sul água acima, até a foz do Rio Santa Inês, pelo qual segue água acima, até onde recebe pela sua margem direita, um afluente sem denominação. Com o Município de Céu Azul: começa no Rio Santa Inês, onde este, pela sua margem direita recebe um afluente sem denominação, seguindo-se em linha reta, até a foz do Rio Xaxim no Rio São Francisco Falso - Braço Sul, seguindo-se pelo Rio Xaxim, até as divisas entre os Municípios de Céu Azul e Matelândia e a localidade de Ramilândia. Com os Municípios de Matelândia e Medianeira: começa na margem esquerda do Rio Xaxim, divisa da localidade de Ramilândia com os Municípios de Matelândia e Céu Azul, seguindo-se em linha reta no sentido Oeste, até encontrar a linha de divisa da Colonizadora Gaúcha Ltda., na defrontação das cabeceiras do Rio São Vicente, de onde em reta, por uma linha seca no sentido Norte, alcança a foz do Rio Roselito, ponto de partida.

**II — DISTRITO ADMINISTRATIVO DE DIAMANTE DO OESTE:**

Com o Município de Céu Azul: começa no Rio Santa Inês, onde recebe em sua margem direita um afluente não denominado, daí seguindo em linha reta e seca, até o Rio Barra Funda, por este abaixo até a sua foz no Rio São Francisco Falso - Braço Norte. Com o Município de Toledo: começa na foz do Rio Barra Funda, seguindo-se pelo Rio São Francisco - Braço Norte, água abaixo, até onde este recebe pela sua margem direita o Córrego Apepu. Com o Município de Santa Helena: começa na foz do Córrego Apepu, seguindo-se pelo Rio São Francisco Falso - Braço Norte, água abaixo até a sua junção com o Rio São Francisco Falso - Braço Sul, seguindo-se por este, água acima até a foz do Rio Roselito, ao Norte da Vila São Francisco. Com a localidade de Ramilândia: começa na foz do Rio Roselito, seguindo-se pelo Rio São Francisco Falso - Braço Sul, água acima, até a foz do Rio Santa Inês, e pelo qual segue-se água acima, até o ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente  
RENATO BERNARDI — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 33/79, que dispõe sobre aproveitamento de Médicos, aprovados em concurso, para as vagas de Capitão da Polícia Militar do Estado. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**  
**DO PROJETO DE LEI N.º 33/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Aos Médicos aprovados em concurso para preenchimento de vagas de Capitão, realizado antes da vigência da Lei n.º 7.047, de 23 de novembro de 1978, fica assegurado o direito de aproveitamento, desde logo, na referida graduação do Quadro de Saúde da Polícia Militar do Estado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de junho de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente  
RENATO BERNARDI — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 43/79, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, da cidade de Engenheiro Beltrão. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**  
**DO PROJETO DE LEI N.º 43/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - A.P.A.E., com sede na cidade de Engenheiro Beltrão.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente  
RENATO BERNARDI — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 44/79, que eleva para 15 (quinze) o número de cadeiras da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, para a próxima legislatura. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**  
**DO PROJETO DE LEI N.º 44/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A :**

Art. 1.º — A Câmara Municipal do Município de Foz do Iguaçu, passa a contar a partir da próxima legislatura, com 15 (quinze) Vereadores.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente  
RENATO BERNARDI — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 53/79, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO GRUPO ESCOLAR DONA LEOPOLDINA - APP, de Marechal Cândido Rondon. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**  
**DO PROJETO DE LEI N.º 53/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO GRUPO ESCOLAR DONA LEOPOLDINA - A.P.P., com sede na Vila de Quatro Pontes, Município de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente  
RENATO BERNARDI — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 62/79, que autoriza o PODER EXECUTIVO doar ao Município de Santa Isabel do Ivaí, motoniveladora de propriedade do Estado, conforme especifica. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**  
**DO PROJETO DE LEI N.º 62/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Santa Isabel do Ivaí, a motoniveladora marca Caterpillar, modelo 12-E — ordem 171, ano de fabricação 1964, de propriedade do Estado, que se encontra no 14.º Distrito do D.E.R., sediado em Paranavai.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente  
RENATO BERNARDI — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 12/78, oriundo da Mensagem Governamental n.º 02/78, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Paulo Frontin, objetivando reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino na sede daquele município. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL

#### DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 12/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 07/12/78, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Paulo Frontin, objetivando a execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar de Vera Guarani, as Escolas Rurais de Santa'Ana da Linha Paralela, Carlos Gomes de São Roque e a Escola Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Espigãozinho, localizados no referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente  
RENATO BERNARDI — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 32/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 33/79, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Mariópolis, Cambará, Terra Roxa e Ortigueira, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 32/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e os Municípios de Mariópolis em 09/08/78, Cambará, em 31/08/78, Terra Roxa, em 31/07/78 e Ortigueira, em 18/07/78, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento dos referidos municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente  
RENATO BERNARDI — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 39/79, que dá novas atribuições ao DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, além das constantes no Decreto Legislativo n.º 573, de 29/11/67. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 39/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1.º — Ao Diretor Geral, além das atribuições constantes do Decreto Legislativo n.º 573, de 29 de novembro de 1967, compete decidir sobre:

I — pedidos de contagem de tempo de serviço;

II — pedidos de concessão de vantagens decorrentes de adicionais por tempo de serviço;

III — pedidos de retificação de nome.

Art. 2.º — As decisões a que se refere o artigo anterior serão tomadas no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da data do recebimento do processo.

Art. 3.º — Na hipótese de decisão em sentido contrário, no todo ou em parte, ao do parecer instrutório competente, o Diretor Geral encaminhará o processo acompanhado das respectivas razões, à consideração da Comissão Executiva.

Art. 4.º — Das decisões contrárias, no todo ou em parte, ao requerido, caberá pedido de reconsideração, pelo interessado à Comissão Executiva, no prazo de cinco (05) dias, contados da ciência do despacho.

Art. 5.º — As decisões sobre a matéria descrita no artigo 1.º, são formalizadas através de Portaria, numeradas e devidamente publicadas no Diário da Assembléia, para produzir os devidos efeitos legais.

Art. 6.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente  
RENATO BERNARDI — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 41/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 01/79, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Atalaia e Presidente Castelo Branco, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana nas sedes dos referidos municípios. — **Aprovado.**

#### REDAÇÃO FINAL DO

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 41/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios celebrados em 15 de dezembro de 1978, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e os Municípios de Atalaia e Presidente Castelo Branco, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, nas sedes dos referidos municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11 de junho de 1979.

(aa) EZEQUIAS LOSSO — Presidente  
RENATO BERNARDI — Relator

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rolf Faria Gugisch. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Cândida Colita, ocorrido em União da Vitória. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Stuck, ocorrido em Campo Largo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., visando a instalação de uma agência na cidade de Palmeira. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente, solicitando voto de aplausos ao jornalista Dino Almeida, pelo transcurso do seu 15.º aniversário de jornalismo social no jornal "Gazeta do Povo". **Aprovado.** —

Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um monocal telefônico na localidade de Palmital, Município de Boa Esperança. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Ministro das Relações Exteriores, no sentido de que nosso País rompa relações diplomáticas com o regime do Ditador Somoza. — Em votação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando o mundo coloca-se cara a cara com uma ditadura e a sua violência, nós todos com sensibilidade, com humanismo, e espírito de justiça, temos a obrigação de nos posicionarmos contra qualquer tipo de violência, qualquer tipo de estrangulamento, desse humanismo e, principalmente, do relacionamento que deve haver democraticamente entre os povos, e dentro de um povo entre governo, Nação e seus habitantes.

As ditaduras se aproximam em todos os aspectos, e a ditadura de Somoza, atesta à humanidade todo este painel violento, agressivo, devastador e afinal de contas, Sr. Presidente, anticristão, anti-humano e acima de tudo, uma violência que agride, qualquer cidadão.

Mas, Sr. Presidente, retiremos do último episódio, em que um jornalista, no cumprimento de sua função, de seu dever, acaba sendo de uma maneira tão trágica e numa barbárie inominável sendo vítima disso tudo, extrapolemos o ato em si, para analisarmos que o imperialismo norte-americano que, seguidamente, tem instrumentado o braço forte de ditaduras, acabou tendo tragicamente — é preciso dizer, que um filho seu fosse vítima das armas que este imperialismo acaba colocando nas mãos de governos ditatoriais ou da América, ou da Ásia ou da África.

Esta violência, Sr. Presidente, precisa efetivamente parar. Mas ela só paralisará no momento em que governos de todo o mundo, em que parlamentares de todo o mundo, em que os cidadãos de todas as comunidades deste Universo, tiverem a coragem de antepor-se, de todos os sentidos e de todas as maneiras a estas violências que se generalizam.

As ditaduras têm sempre um braço forte, mas acima delas existem outros interesses, o comércio das armas, o comércio em si, que não tem moral, que não tem ética, onde a ideologia do lucro corrompe, destrói, assassina e monta todo o tipo de estrutura, ou para desestabilizar o regime, ou para estabilizar o regime de força.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a vítima foi um jornalista. Que hoje está aí agredindo o mundo inteiro. Mas por trás dela, Sr. Presidente, estão todas as vítimas de Nicarágua, estão todas as vítimas do Chile, da Argentina, de todos os países da América Latina, da América Central, onde os grupos econômicos controlados e dominados ora pelo Pentágono, ora controlando e dominando o relacionamento externo do próprio Estados Unidos, que se coloca como líder civil, como líder cristão e democrático do Ocidente, mas que tem compartilhado de todas estas violências ao longo da História da América, isto é que é o que, efetivamente, precisamos nos conscientizar. Porque Nicarágua de hoje, o Chile foi ontem, a República Dominicana foi anteontem, em outros passados recentes outros episódios aconteceram, na Guatemala, no Panamá, na Argentina, em todos os países.

Amanhã, Sr. Presidente, se não houver um "basta" nisto, poderá ser o Brasil, em outro sentido, como já está sendo na

África, na Rodésia, no Irã e em todos os outros lugares.

E se o Parlamento de Nicarágua tivesse, durante todos estes quarenta anos de ditadura de Somoza, uma presença mais firme e decidida, por certo, aquele País e o mundo, não estariam assistindo às barbaridades que hoje a televisão nos mostra com agressividade.

O Parlamento, aqui no Paraná, estendendo-se neste pedido que o Governo brasileiro, de uma maneira definitiva, inclusive, cancele este relacionamento com a Nicarágua, seria uma das maneiras, Sr. Presidente, de isolar estes regimes, isolar estes governos, porque isolados não serão nada, cairão no instante seguinte; isolados, não de intervenção de OEA, porque agora se prega uma intervenção. Talvez para evitar que exatamente uma frente libertária de um povo que há quarenta anos está subjugado, esta frente sim pretende, assumir o Governo, com todos os seus segmentos democráticos. Não que venha agora uma intervenção, como se fez já na República Dominicana, como já se fizeram, de maneira franca ou expressiva, em outros países.

Por isto, Sr. Presidente, acho oportuna esta solicitação. Porque o Governo brasileiro tem agora, em suas mãos, o momento sério de demonstrar ao mundo a sua abertura, o espírito democrático e, principalmente, dar ao concerto de todas as Nações a expressão e o exemplo de que isolando uma ditadura e uma violência, ela terminará por si. Não acobertando, ora com relacionamento, ora com apoio moral, ora com a omissão ou ora com o próprio armamento, como faz os Estados Unidos em suas ditaduras e seus próprios filhos acabam sendo vítimas deste armamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Totalmente favorável a esta situação, e oxalá o Governo brasileiro e os outros governos da América Latina, acordando-se deste despertar destes regimes ditatoriais, possam, efetivamente, isolar e acabar, de uma vez por todas, com estes países e estes governos que prejudicando os povos, prejudicando os seus cidadãos, colocam os interesses do imperialismo americano e dos grupos estrangeiros e dos interesses particulares.

Exemplo típico, família Somoza na Nicarágua, coloca isso acima de qualquer situação, prejudicando um povo, uma Nação, e todo o Universo.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Para encaminhar a votação). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, o magnífico trabalho do Deputado Tadeu Lúcio Machado, trouxe a sua visão que é a nossa, com respeito aos acontecimentos da Nicarágua.

Agora discutimos o requerimento, para que o Brasil tome um posicionamento claro, em relação ao assunto.

E nós, nesta oportunidade, queremos pedir à nobre bancada da ARENA, que nos ajude a fazer com que este País tome uma posição definida, com relação a esse grave problema.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais do que a morte do jornalista na Nicarágua, temos visto nas inúmeras e corajosas reportagens que têm entrado em nossos lares, a juventude de armas em mãos, crianças com onze anos, empunhando armas, em defesa do seu País, e quando isto ocorre há que todos procurarem saber o porquê. Qual a razão que uma menina de onze anos empunha uma arma em defesa do seu país? Razões não de existir. Parece que a História se repete. Falamos hoje em abertura neste nosso País. Devemos lembrar que essa abertura talvez também tenha começado com um jornalista Wladimir Herzog, porque foi com Wladimir Herzog que o Governo se sensibilizou e começou a eliminar gradativamente a tortura desse País. E nós mesmo, naquela oportunidade, tivemos a coragem de reconhecer do Presidente da República de então, a sua

coragem, em enfrentar todo um aparato militar que havia se montado e a começar dali então a desmobilizar o aparelho de repressão que se havia instalado no País.

Wladimir Herzog no Brasil é o mártir da abertura. Assim como Pedro Samorro, outro jornalista, foi o mártir e foi a senha para o início do movimento sandinista.

E hoje a sua esposa, os seus filhos, na frente da batalha e a sua esposa à Frente do Conselho do Governo Sandinista da Nicarágua. Governo que conta em suas fileiras, inclusive com um padre, governo que conta em suas fileiras, com um médico, Governo que conta em suas fileiras, principalmente, com uma mulher de um herói daquele país, um jornalista. Agora novamente é um jornalista que chama a consciência de todo o mundo; novamente é um jornalista que com sua vida, desperta o mundo para as atrocidades que estão ocorrendo naquele país.

Outro fato que está chamando a atenção e deve chamar a atenção de todos os homens bem intencionados, do mundo, é o fato de, ninguém saber o nome do líder da Revolução da Nicarágua, que é um fato que me parece ser "sui generis", pois pela primeira vez temos uma revolução, sem conhecermos o nome a não ser o líder zero, que são todos os sandinistas. É um outro fato importantíssimo que nós todos deveremos estudar como num país se levanta um povo, com crianças de onze anos e se consegue praticamente derubar uma das ditaduras mais atrozes.

Porisso, o requerimento do nobre Dputado Waldyr Pugliesi, pedindo através do seu requerimento, para que o Brasil, neste tempo de abertura, tome uma posição decidida, é muito importante. O Brasil que tem sido acusado de tentar liderar a América; o Brasil, que tem sido acusado no exterior, de tentar exercer em nome do capitalismo internacional uma liderança que nós não queremos em todo este continente.

Está no momento — seria aí sim, tomar uma liderança — está no momento do Brasil dizer um basta. Que bom seria se fôssemos os pioneiros, fôssemos o primeiro País a romper relações com o regime de Somoza. Estaríamos dando uma demonstração ao mundo inteiro que não pretendemos uma liderança que alguns querem nos imputar.

Houve já alguém que disse e afirmou que isso seria impossível, porque o Brasil não poderia reconhecer um Governo visto ainda existir um outro Governo. Não me parece tão verdadeiro esse argumento.

Temos e vivemos nos últimos dias, no próprio Brasil, o reconhecimento de um Estado que não cumpre todas as premissas de um verdadeiro Estado. Solidarizamo-nos, inclusive, com o reconhecimento da OLP, que não tem território, e que pelas leis primeiras do fundamento de um Estado, então não poderia ser reconhecido, porque o que caracteriza um Estado é um território; o que caracteriza um Estado é um Governo organizado; Governo sim, tem a OLP mas ainda não possui um território definido.

Em função disso, Srs. Deputados, apenas pela justiça de se reconhecer a Organização da Libertação da Palestina, o Governo Brasileiro se manifestou. Está no momento também de rompermos relações com a Nicarágua de Somoza, e passarmos a reconhecer o Governo Sandinista.

E mais ainda, Srs. Deputados, há necessidade de que, de todos os parlamentos deste País, que de todas as classes sociais, enfim, de todas as organizações, parta uma advertência ao Governo deste nosso País: que imediatamente se anteponha às pretensões de uma intervenção da OEA na Nicarágua.

Não permitamos que o nosso País cometa o erro que cometeu em São Domingos, porque o momento da intervenção dessa famigerada OEA deveria ser quando Somoza praticava a mais drástica ditadura da América Latina, e não agora, quando os jovens de um País, empunhando armas com meninas de onze anos, estão conquistando a liberdade.

Porisso também não só o rompimento de relações com

a Nicarágua, mas, também, a manifestação do povo brasileiro contra uma intervenção indesejada, mas que muitos já procuram para continuar o regime, não através do Sr. Somoza, mas de algum títere.

Temos a amargar na nossa história uma página negra, que foi a página da intervenção do Brasil em São Domingos. Procuremos resgatá-la, manifestando-nos, o Brasil como um todo, contra a intervenção que se pretende.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento.

O SR. WALDYR PUGLIESI — (Para encaminhar). — Sr. Presidente, a nossa preocupação é válida, pela importância que nós brasileiros temos no concerto mundial das nações, preocupação pela posição que venha a adotar o Governo brasileiro.

Vejam bem, os Estados Unidos querem a saída do ditador Somoza, mas querem a continuidade daquilo que ele representa; querem a continuação do somozismo e essa reunião da OEA nada mais é do que, a tentativa do Governo norte-americano, de encontrar uma saída para conseguir com que a ditadura continue, na América Central — na Nicarágua, através de outras formas.

Se o Brasil, com o peso que ele tem na América Latina, tomar uma decisão clara e definida contra aquela ditadura que emporcalha a humanidade, eu acredito que os Estados Unidos não terão a petulância de fazer com que tropas venham a ser desembarcadas naquele infeliz País.

Aristarco, citado por Alencar Furtado, falou que, "as ditaduras existem, porque existem os bajuladores!" E essas situações chegam a se verificar, porque há omissão através de todos os canais que poderiam se manifestar, muitas vezes não se manifestando. É a omissão nas horas mais difíceis, que geram esses regimes monstruosos!

O crime cometido perante os olhos de milhões de seres humanos, causou um grande impacto em todo o mundo, porque foi visto; e os outros assassinatos que foram cometidos por esses criminosos que já na década de 30, assassinavam aquele que é o símbolo da revolução da Nicarágua, o General Sandino. Há quase meio século polue a vida da América Latina, através de atos odiosos, criminosos, e é hora de o Governo brasileiro interpretar o sentimento da sua população, e, romper relações diplomáticas com esse País, com esse governo, com esse regime, estabelecendo um cordão sanitário, para que não se polua mais ainda, a vida da América Latina, através de homens que somente têm feito com que a liberdade, a justiça, o bem estar social de um povo, sejam, todos, carreados, como na Nicarágua, para o bem-estar de uma família que ainda hoje, — através do depoimento de um jornalista brasileiro dentro de um avião do qual se retirava da Nicarágua — a família Somoza possui uma fortuna de 500 milhões de dólares! E o ditador, dando uma entrevista especialmente aos Estados Unidos falou simplesmente, docemente, que, era um simples empresário, que estava no País dele, dando emprego para milhares de nicaraguenses, de patriotas do País dele, que estava buscando, com os empresários norte-americanos, simplesmente, o lucro decente e honesto, do capital que ele estava empregando! Essa conversa, nós escutamos lá, aqui, e em todos os lugares. É necessário que se tome uma posição de defesa, daquele País que está sendo esmagado, que está sofrendo um genocídio, daqueles que se assenhoraram do Poder, há quase cinquenta anos.

É necessário que o Governo brasileiro reconheça, no nosso entendimento, até, o "status" de combatentes, para os guerrilheiros sandinistas que, como já se falou aqui desta tribuna, estão irmanados. A Igreja Católica está contra o regime de Somoza; a Maçonaria, está contra esse regime; os trabalhadores, os estudantes, os intelectuais, estão todos contra, e, é necessário que o Governo brasileiro, torno a repetir, venha a tomar uma posição clara, definida, interpretando aquilo que vai na alma de todo povo brasileiro que ficou estarelecido ao ver a materialização de um crime como aquele do jornalista Bill Stewart.

Os aparelhos repressivos devem ser desativados porque, se não, a democracia nunca se instalará, nem lá, nem aqui.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação. -- **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes à Federação da Agricultura do Estado do Paraná, à Secretaria da Agricultura, Banco do Brasil S/A. e ao Ministério da Agricultura, encarecendo medidas urgentes que visem liberação de verbas para financiamento de milho à suinocultura do Oeste do Paraná. -- **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, requiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. —

(Pausa). — Cs Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

— (Pausa).

18 Srs. Deputados aprovam, nenhum rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 164/77, 39, 52 e 68/79. —

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 50, 51, 52 e 53/79.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º 103 e 130/78, e 29 e 74/79.

Levanta-se a sessão.